



ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER CIENTÍFICO E CULTURAL

PROJECTO PATRIMÓNIO

Nº2 Julho 1995

Director: José Antunes da Silva

EDITORIAL

“A água tudo lava”, diz o povo. Talvez... Será nessa esperança que alguém decidiu juntar tantos milhões de litros sobre uma fractura tectónica, submergindo um património cultural reclamado como mundial e destruindo instalações vitivinícolas ímpares que vão deixar no desemprego centenas de trabalhadores?

A ocultação destas afrontas exigiria muito mais água que a da barragem do Côa, mas não nos dispensa, a todos nós, de intervenções decididas para cuja fundamentação este número do Boletim Projecto Património se propõe contribuir.

Antunes da Silva

ÍNDICE

Foz Côa: um santuário natural - José Mattoso	página 3
As dimensões da terra - Duarte Belo	página 5
Algumas notas sobre a pintura e a gravura rupestres prehistóricas, a propósito do complexo do Côa - Álvaro Almeida	página 9
Parque arqueológico do Côa: ideias e propostas para um projecto - Virgílio Hipólito Correia, Alexandra Cerveira Lima e António Manuel S. P. Silva	página 15
Mapa de implantação do complexo de arte rupestre do vale do Côa	página 17
As leis do património e a arte rupestre do Côa - Luís Raposo	página 19
Política e ciência na questão do Côa - João Zilhão	página 25
Foz Côa: para que servem os estudos de impacte ambiental? - Rui Cortes	página 29
Uma estrela secundária - Manuel Carvalho	página 31
O poder aprendeu a lição - Valentina Marcelino	página 35
Mira Amaral ministro da cultura? Brr!! - Hermínio Monteiro	página 37
As gravuras não sabem nadar - José Manuel da Costa Ribeiro	página 39
Eu bebo porto do paleolítico - José A. Salvador	página 43
As fotografias são de Duarte Belo	



Rio Côa no lugar da Faia. A cerca de 17 quilómetros do encontro do rio Côa com o Douro, é este o extremo Sul da zona por onde se estende o complexo de arte rupestre. Aqui o rio escavou o seu leito no maciço granítico; pouco a jusante ele encontrará o xisto, onde a paisagem se altera, abrindo-se em concha de declives suaves.

FOZ CÔA: UM SANTUÁRIO NATURAL

O homem é espontaneamente atraído pelos locais onde a paisagem reveste formas extraordinárias e espectaculares. Por exemplo, o Grande Canyon ou as Cataratas do Niagara. Em alguns locais a natureza impõe-se ao homem de maneira tão avassaladora que se torna como que o suporte de uma "epifania". Isto é, aparece-lhe como se desencadeasse nele o sentimento da presença de Deus, do sagrado ou do mistério. Propicia ou provoca nele uma experiência vivencial que só se pode designar como a evidência do divino. Foi o que, segundo a Bíblia, aconteceu a Jacob em Betel, a Moisés no Monte Sinai ou a Elias no Horeb. O Génesis exprime bem esta experiência colocando na boca de Jacob a sua arrebatada exclamação: "O Senhor está realmente neste lugar e eu não sabia! Que terrível é este lugar! Aqui é a casa de Deus, aqui é a porta do Céu" (Gén.,28, 16-17). Foi por isso que Jacob quis assinalar o local erigindo nele um "monumento", isto é um sinal memorativo.

É esta a origem da maioria dos santuários de todo o mundo. Nuns a presença de Deus é confirmada por uma revelação de um chefe religioso, ou por uma aparição a um santo; nesses mesmos e noutros o lugar atrai os sacerdotes que aí asseguram um culto permanente ou periódico; em alguns, ainda, mais inacessíveis e mais temerosos, só os eremitas ousam permanecer, para aí se encontrarem com Deus. De toda a maneira, os grandes santuários atraem as multidões. Os peregrinos acorrem de lugares próximos e longínquos para experimentarem à sua maneira a "epifania", mas também para escaparem a um quotidiano de horizontes curtos, para romperem, ao menos por algum tempo, com a estreiteza profana e desgastante da luta pela subsistência, enfim, para buscarem, a regeneração das forças vitais por meio do contacto com a potencialidade pura da natureza nos locais onde ela não foi perturbada pela civilização. Aí se entregam, então, a rituais regeneradores que acentuam o efeito já de si salutar da ruptura com o quotidiano e inscrevem no espaço ou no seu próprio corpo a memória do contacto com o divino. Podem então regressar a casa como

quem venceu as provas de uma iniciação e está pronto a viver uma vida nova.

O poder atractivo dos santuários ainda hoje movimentam milhões de pessoas. O fenómeno é sempre o mesmo. Ainda quando não implica crenças precisas e explícitas, tais como as que os sacerdotes das religiões dogmáticas formulam, continua a suscitar longas ou pequenas viagens a pontos determinados do universo. A transformação de milenárias peregrinações no moderno turismo não fez desaparecer por completo os pressupostos, muitas vezes inconscientes, da antiga atitude. A viagem é tanto mais salutar quanto mais rompe com o conforto e a segurança do quotidiano e quanto mais espectacular é o lugar visitado. O poder epifânico de alguns lugares continua a exercer-se para muita gente, agora sob a forma de um fascínio menos propiciador de rituais estereotipados, mas não menos avassalador e não menos misterioso. O espectáculo da natureza tem, em certos locais, uma força tal que o homem parece aí sentir-se a regressar às origens do Universo ou tomar contacto com o tempo puro da sua própria criação.

O santuário de Foz Côa deve ser compreendido desta maneira. O que o torna único não são tanto as gravuras, mas o poder avassalador da natureza que nele se revela. O vale do rio e dos seus afluentes entre Cidadelhe e o curso do Douro, sobretudo depois de abandonar a zona granítica para penetrar nas reentrâncias do xisto, forma aí uma espécie de concha que envolve os visitantes como uma caixa de misteriosas ressonâncias. Aí penetra-se num mundo diferente, regido por forças impalpáveis. Entre a terra, a água e o céu, as paredes lisas dos enormes painéis xistosos aparecem como superfícies cortadas por incomensuráveis gigantes, como se a natureza aí se divertisse a modelar a rocha das formas mais inesperadas e fantasiosas. Dir-se-ia, então, que se regressa ao momento original e puro da criação das formas, quando tudo era ainda possível. Por baixo das rochas, o rio corre

mansamente, em contraste com o atormentado da paisagem, como que para pacificar a profusão da fantasia criadora. Mas tudo — rio, terra e céu — tem dimensões esmagadoras. O homem é completamente dominado por uma natureza que nada lhe deve.

É por isso que à atracção da paisagem corresponde a resposta do homem. De espectador transforma-se em actor. Descobrimo-nos como protagonista de uma experiência única, sente a sua própria diferença e torna-se capaz de dialogar com a própria natureza como se esta se identificasse com forças vivas. A fantasia criadora das formas naturais como que o contagia e o convida a imitá-la. Não resiste ao convite que as paredes lisas do xisto lhe fazem, para nelas deixar o testemunho das representações que lhe vão na mente: obviamente as do mundo vivo no qual está mais imediatamente inserido, ou seja as dos animais à sua escala (bois, cavalos e cabras), de que se alimenta e que como ele se reproduzem. O que o santuário de Foz Côa tem de único é o facto de as representações gráficas que suscitou serem das mais antigas manifestações culturais do homem europeu e de, por isso mesmo, representarem de maneira tão singular a emergência da mente humana que assim se diferencia da animalidade. Não é menos extraordinário que o fascínio do local continuasse a exercer-se, independentemente de um culto determinado, até aos dias de hoje. O convite das paredes de xisto é permanente: oferece-

se ao visitante de todas as épocas, e tem tido renovadas respostas desde os tempos imemoriais do Paleolítico até há poucos anos.

O vale de Foz Côa é, pois (foi sempre), um verdadeiro santuário. Tem todas as características de um lugar sagrado. Não sabemos exactamente o que representava em termos de ideias religiosas ou profanas para os seus frequentadores do Paleolítico e do Neolítico, mas há uma efectiva continuidade entre o que decerto foi para eles e que ainda hoje pode ser para o visitante sensível ao seu carácter epifânico.

É por isso que a perspectiva da construção da barragem corresponde a uma criminosa profanação. As soluções de preservar as gravuras, retirando-as do local, formando galerias para podem ser visitadas ou reproduzindo-as o mais fielmente possível, só podem resultar de uma obtusa incompreensão da relação entre elas e o santuário que lhes dá sentido e sem o qual perdem praticamente toda a sua capacidade evocativa da experiência que lhes deu origem. O que verdadeiramente está em causa é a destruição de um prodigioso santuário que suscitou a veneração de milhares de gerações de homens. O que se propõe, com o rótulo de desenvolvimento económico, é o retorno a uma animalidade tão bruta como a do homem que não era ainda capaz de sentir a experiência do sagrado.

José Mattoso

AS DIMENSÕES DA TERRA

Muito se tem escrito sobre Foz Côa e a polémica da opção entre uma barragem, de obra em curso — e onde já foram feitos avultados investimentos —, e um conjunto de sítios arqueológicos, recentemente descobertos, de extraordinária importância para o estudo e conhecimento dos gestos do homem do Paleolítico Superior. Este texto parte de uma visita a esse lugar, da permanência nas margens do rio ao longo de alguns dias e de vários percursos pedestres efectuados na procura das gravuras rupestres.

Subindo o curso do Douro, encontramos, próximo da sua confluência com o vale de José Esteves, a estação ferroviária de Côa; um pouco à frente, a foz do rio Côa. Existem no vale de José Esteves, e também em Vale Cabrões, 1300 m a jusante, no Douro, vestígios de passagem de homens antigos que ali deixaram, em superfícies lisas de xisto, traços extremamente finos representando homens e animais. São estes de um período tardio em relação aos primeiros a serem descobertos pela comunidade científica, em que estão apenas representados animais com grande realismo, atribuídos ao período Paleolítico. Marcam o início de um percurso fascinante por uma paisagem onde existe a tradição singular de, desde há 20.000 anos até aos nossos dias, nas faces do xisto, deixar desenhos, traços sublimes, registos para a representação do mundo, num gesto primordial de intervenção na paisagem que nos interroga sobre a permanência de um carácter ou o espírito do lugar.

Passamos a estação, hoje abandonada tal como o está a linha ferroviária do Douro entre o Pocinho e Barca de Alva, abandonamos o Douro e subimos o Côa. Entramos no vale estreito e fechado por uma curva suave. A 2 Km da foz voltamos à direita e deparamos com algo de tão grandioso quanto perturbador: a obra em curso para a construção da barragem de Foz Côa. É uma paisagem desfigurada que talvez se pensasse não poder ali acontecer em tão difícil e inacessível lugar. São as encostas do rio atravessadas por um sem número de estradões percorridos por enormes camiões, em grande azáfama, em nuvens de poeira. Depois, centrado nestas terras revolvidas e en-

tre duas pequenas ensecadeiras, um rasgo profundo perpendicular à direcção do rio que nos indica com precisão o local para onde está prevista a barragem.

A montante, à vista da barragem e ao abalo dos rebentamentos da obra, a Canada do Inferno, local onde foram encontradas as primeiras gravuras rupestres do período Paleolítico Superior e que deu origem a toda a polémica da opção entre uma barragem e o conjunto de sítios arqueológicos imediatamente considerados, pela comunidade científica nacional e internacional, como extremamente importantes para o estudo da vida e gestos do homem do Paleolítico Superior.

Daqui para Sul sucedem-se outros núcleos de gravuras. Um primeiro encontra-se um pouco a montante da Canada do Inferno. O sítio de Vale Figueira marca sensivelmente uma zona em que o vale se abre após o estreito que antecede a foz e aí se encontram, a par de representações de animais, algumas figuras até hoje indecifráveis. Um pouco mais para montante e deparamos com a foz da ribeira dos Piscos, um extraordinário lugar onde se encontra um conjunto de magníficas gravuras, tal como em Vale Figueira, de tipologia Paleolítica. Sem serem aqui muito numerosas, — apenas três painéis gravados —, são entre elas muito diversificadas. Um primeiro painel, com um comprimento aproximado de 2 m, está voltado para o Côa, a meia encosta, num local de difícil acesso e onde não se consegue afastamento para a leitura de duas gravuras sobrepostas, que deveria ser feita da margem oposta ou do próprio rio. São estas as

maiores gravuras até agora encontradas no vale do Côa. Um segundo painel, já na ribeira dos Piscos, está muito próximo do chão e representa dois animais e aquele a quem chamaram "o Homem de Piscos": a representação de um antropomorfo que talvez seja uma das mais antigas representações da figura humana que se conhecem. O terceiro painel representa dois cavaleiros enlaçados — uma das imagens mais claras, de maior legibilidade e das mais divulgadas de toda a polémica que envolve este extraordinário achado. Um pouco mais à frente ainda, subindo a ribeira dos Piscos, a pintura, em tom sanguínea, na rocha, em reduzidas dimensões, de um homem atribuído já ao período Neolítico.

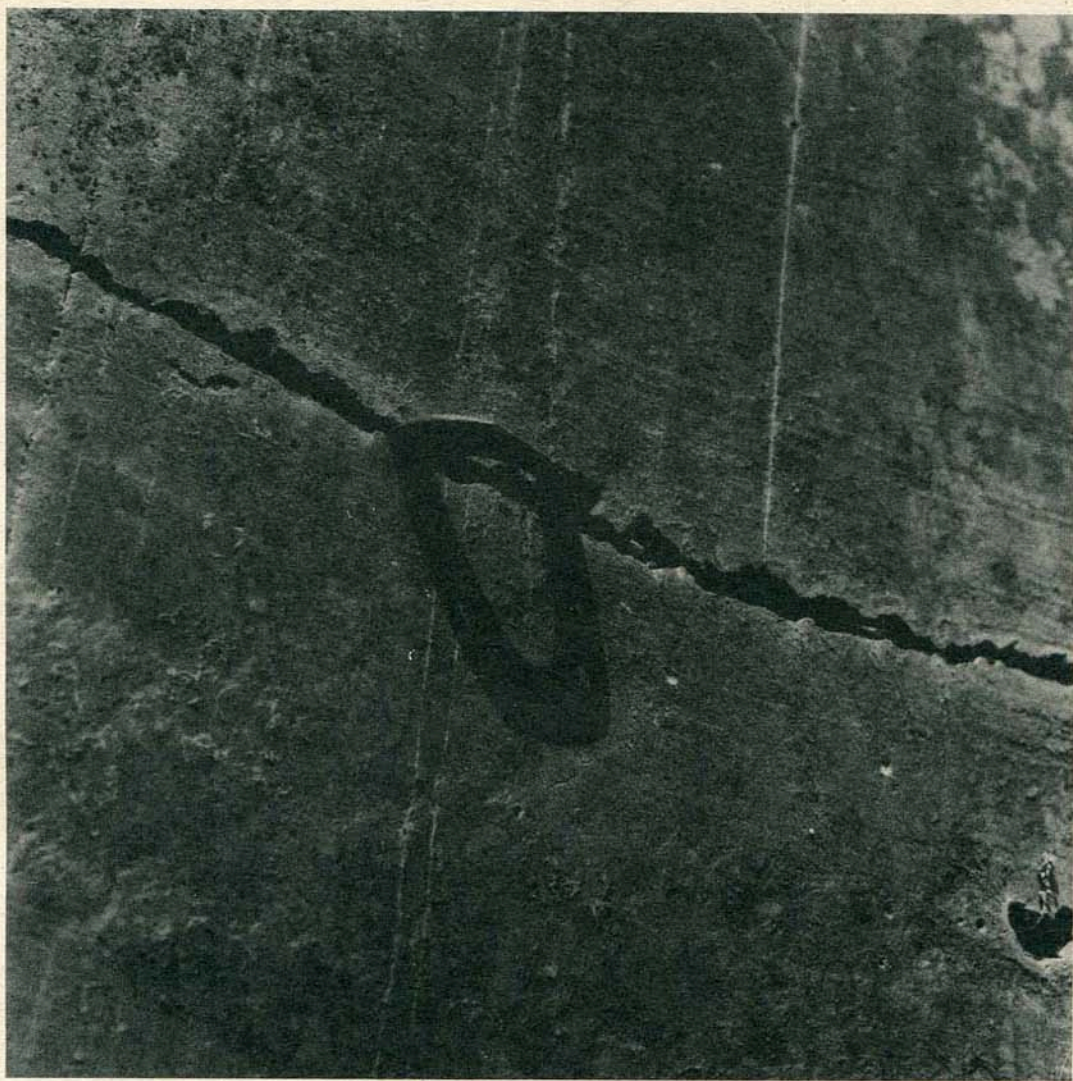
Continuando na margem esquerda do Côa deparamos à frente com algo de inesperado. Antes desta polémica das gravuras, já depois de uma primeira entretanto esquecida — e que se prendia com o facto de a implantação da barragem se fazer sobre uma falha geológica... —, outra tinha sido dada a lume, que entretanto esmoreceu, e que se relacionava com a submersão de uma área significativa da região demarcada do vinho fino Douro. Coloca-se aqui um outro aspecto paradigmático da questão do Côa e que põe em relação duas formas distintas de intervenção na paisagem. No contexto da humanização do lugar natural e de intervenções que têm como objecto a alteração da sua fisionomia, para dela se fazer um uso diverso do anterior e em que se insere de forma inequívoca a arte rupestre do Côa, uma referência inevitável à Quinta de Santa Maria de Ervamoira, ameaçada também pela total submersão. Sem dúvida que estamos aqui perante um gesto de força perante o meio ambiente, mas de carácter fundamentalmente diferente do da edificação de uma barragem. Aqui, num projecto inovador da cultura da vinha na região demarcada do Douro, é notória uma relação de grande proximidade com a terra e presente a continuidade e reinterpretção de valores antigos, dos mesmos valores que fizeram das terras do vale do Douro uma das mais extraordinárias paisagens rurais que se conhecem no mundo. Sem existir aqui a escadaria dos

geios, que marca profundamente a fisionomia duriense, existe uma terra de ondulação suave, onde o alinhamento dos esteios define como que o desenho de um jardim.

Prosseguimos, subimos o rio até à Quinta de Barca, até ao terraço fluvial onde se encontra aquele que talvez seja o mais importante núcleo de gravuras de tipologia paleolítica que se encontra no vale do Côa. Ao contrário dos primeiros lugares referidos em que o rio não corre, por integrar já a albufeira da barragem do Pocinho, no Douro, (chegando mesmo esta a submergir um número considerável de gravuras na Canada do Inferno), aqui ouve-se um rio com vida o que dá uma outra dimensão à leitura daquelas faces lisas de xisto, aquela paisagem inconfundível. Existem aqui três núcleos de gravuras, dois na margem esquerda, na Quinta da Barca, de que se destaca o rigor do traço na representação de caprideos, e um outro, sensivelmente em frente deste lugar na margem oposta do rio, no sítio da Penascosa, onde pela legibilidade das imagens, quantidade de painéis e disposição destes pela encosta onde se encontram, este lugar assume um carácter especial em que se sente o acto mágico que terá motivado a escrita nas superfícies de xisto, e nos transpõe de forma perturbadora à consciência de nós próprios, enquanto homens de solidão, numa paisagem de que, progressivamente, nos afastamos, aumentando irredutivelmente a distância a esse lugar primordial.

Prosseguimos. Mais adiante o vale estreita-se e entramos nos territórios do granito. O rio corre agora rectilíneo por entre margens escarpadas. Encontramos ainda derradeiros vestígios de pinturas e gravuras nalgumas dessas faces lisas, polidas pela força da água. Avançamos até o vale se opôr definitivamente à nossa progressão. Subimos em direcção de terras mais altas, afastamo-nos do rio de rápidos correntes.

Pela presença de uma série de elementos, reencontramos no vale do Côa uma dimensão cósmica de habitar, marcada pela consciência de posição, pela possibilidade de leitura de horizontes distantes tidos do alto dos montes e, simultaneamente, pela descida ao fundo dos vales, lugares de habi-



Ferradura encastrada no xisto, num painel com gravuras no sítio de Vale Cabrões. A mitologia associada ao vale do Côa não se limita aos aspectos interpretados no conteúdo da sua arte rupestre. Outros sinais, porventura mais subtis, testemunham outras dimensões dessa mitologia que vem ligando, desde há cerca de vinte milénios até aos nossos dias, o homem ao vale. Ferraduras encastradas no xisto, quer em paredes de casas, quer nas fragas gravadas, evocam o sortilégio de forças desconhecidas.

tar, marcados pela dimensão avassaladora do Douro.

De Foz Côa partir depois para paisagens mais distantes. Subir a um ponto alto e observar longes infundáveis. Para Sul, subir o Côa por terras da Beira Alta, entrar em territórios do granito, passar a Marofa, continuar por elevações planálticas e aí atestar a presença de uma série de marcas que se prendem com a nossa identidade, com a defesa das fronteiras de um território, com uma cultura própria, entretanto desenvolvida, de ser português. São as paisagens distantes do Portugal raiano. Para Sul ainda, subimos a serra da Malcata e descemos para o Tejo em paisagens já moldadas por um clima que progressivamente se altera, onde se sente, pela temperatura e luminosidade, a presença do mediterrâneo. Para Nordeste, por uma progressiva elevação da terra, começa a pressentir-se um maciço orográfico imponente, a serra da Estrela, referência de identidade e de orientação de toda uma paisagem vasta e de um povo que a habita.

Se descermos o Douro, seguiremos um vale cavado onde, por um clima embora distante muito se assemelha ao do Alentejo e Algarve e por uma terra xistosa, acontece um dos mais notáveis trabalhos de transformação da superfície da terra e que tem origem no cultivo da vinha daquele que será o vinho generoso do Douro. Toda esta paisagem grandiosa se mantém até ao sopé das serras do Marão e Montemuro onde, daí para poente o clima se altera e se passa a sentir a presença do mar Atlântico.

Para norte do Côa continuamos por paisagens infundáveis. O vale de Vilarça, onde tem foz o Sabor, nascido para lá de Bragança, notável pela sua planura e largueza entre terras elevadas. Ao fundo, a serra de Bornes e início da Terra Fria transmontana.

Se subirmos o Douro até Miranda deparamos com um rio diferente, insuspeitado, um espectáculo grandioso. Habitado por rapinas de voo silencioso, um rio profunda-

mente cavado entre paredes verticais, lisas e imensas, já não em terras de xisto mas na dureza do granito, numa escala arrebatadora, diferente daquela outra, mais humana, que encontramos no Côa.

Depois, a Este, em terras de Espanha continuar em território Ibérico.

Pensar esta paisagem extrema desde a chegada dos primeiros homens em tempos remotos. Terra limite; fim de um percurso de quem, de terras mais distantes procurava lugares para habitar. Fim de paisagem terrena e início de um imenso oceano de ilhas ausentes. Uma posição singular no extremo Sudoeste da Península Ibérica, paisagem com uma unidade geográfica como que a definir um continente em miniatura, terra isolada da Europa por uma cordilheira montanhosa. Situado no extremo ocidental do "Velho Continente", o território hoje Portugal vai ser determinado por esta condição de terra de fim de viagem, e pela presença do Atlântico que irá ter uma influência decisiva na fisionomia e geomorfologia do Continente.

Foz Côa poderá ser então a origem de uma viagem a uma terra sublime profundamente marcada pelo trabalho da dignidade dos homens, e onde a cada passo se sentem estes fazeres, determinados por uma terra difícil e ingrata, elementos de identidade de um povo que ultrapassa essa ideia de Nação, entretanto desenvolvida, para se enraizar profundamente na especificidade de uma terra dada. Deixarmo-nos fascinar por esse solo que pisamos como algo que fica da passagem dos dias e das noites, das estações do ano, do tempo de homens e mulheres. Recuar a tempos idos, olhar essas gravuras do Côa com o mais profundo respeito. Adivinhar nesses gestos primordiais os tempos remotos de uma aventura, viagem pela imensidão de um planeta azul. Partir depois para todos os lugares do mundo. Reinventar a paisagem nas múltiplas dimensões da terra.

Duarte Belo

ALGUMAS NOTAS SOBRE A PINTURA E A GRAVURA RUPESTRES PREHISTÓRICAS, A PROPÓSITO DO COMPLEXO DO CÔA

A arte rupestre do vale do Côa não foi estudada ainda, e as interpretações acerca do seu significado e idade têm-se baseado, por enquanto, na comparação com outros casos conhecidos e estudados, e que revelam uma aparente homologia estilística e técnica. Assim, reveste-se de interesse olhar, ainda que em rápido relance, alguns dos principais aspectos que reveste a arte rupestre pré-histórica em geral, nomeadamente a pintura e a gravura, tipologias presentes no Côa.

A actividade artística deve ter-se incluído entre os comportamentos das comunidades humanas desde fases remotas da sua evolução. Embora só no Paleolítico Superior esses comportamentos sejam inquestionáveis, existem objectos do Paleolítico Médio e mesmo do final do Paleolítico Inferior, cuja configuração simétrica e regular sugere preocupações estéticas que ultrapassariam a mera procura da aptidão ergonómica. Poderemos estar em presença, nesses casos, de objectos em que foi acrescentada à funcionalidade técnica uma intencionalidade estética, facto que as colocaria no limiar daquilo a que chamamos arte.

Mas é às comunidades do Homem Moderno, o *Homo Sapiens Sapiens*, que se devem os testemunhos inequívocos de uma actividade *artística* em tudo correspondente ao nosso conceito actual de arte. Mas mesmo nessas comunidades protagonistas do Paleolítico Superior essa actividade terá revestido formas não duradouras, como pinturas corporais, máscaras, decorações em objectos perecíveis, etc., cujo surgimento pode ter precedido o da arte de que testemunhos chegaram até aos nossos dias.

Essas mais antigas formas duráveis de arte conhecidas são, principalmente: a escultura de pequenas dimensões; a gravura executada em pedras, ossos e chifres; a pintura, a escultura e a gravura parietais.

1. Motivações.

Caça e procriação.

À medida que se conhecem os elementos estruturantes da economia e do habitat dessas comunidades, torna-se mais surpreendente que houvesse lugar, entre esses ele-

mentos, para uma actividade sem um papel determinante na sobrevivência. Efectivamente as múltiplas tarefas eminentemente técnicas como a caça, a colecta, a sustentação das fogueiras, a preparação das peles e dos abrigos, a produção dos artefactos, a vigilância activa, o cuidado com as crianças, a defesa, a exploração de novos territórios, etc., mobilizariam decerto continuamente todos os membros dessas comunidades humanas, geralmente pouco numerosas. Como se explica então que houvesse tempo e disposição para que alguns membros se dedicassem a uma actividade que se desvia desse quadro técnico e pragmático de desempenhos sociais, e cujo nível de perfeição faz supor uma verdadeira especialização?

Maurizio Bonicatti lança um pouco de luz sobre este enigma ao descrever, no primeiro volume de *Chefs-d'œuvre de l'art*, uma singular experiência vivida entre os pigmeus por um especialista em arte primitiva. Ele surpreendeu, durante a noite, os caçadores da tribo realizando um estranho ritual: haviam desenhado na areia do terreiro da aldeia uma gazela, e lançavam com perícia flechas sobre o desenho. Questionados sobre o significado daquele comportamento, eles explicaram que não poderiam ter êxito na caçada do dia seguinte, sem que esse êxito fosse propiciado naquela encenação. Para aquela comunidade primitiva — cujos sinais técnicos revelam grande homologia com os das comunidades pré-históricas — a efigie da gazela identificava-se com a própria gazela, encaminhando-a para o seu destino evocado.

Muitas das figurações de animais que cobrem as paredes e abóbadas de algumas grutas da região cantábrica, dos Pireneus e da Dordonha — área de ocorrência mais si-

gnificativa da famosa “arte das cavernas” — revelam sinais de impacto de projecteis, ou incluem a representação de flechas e do sangue dos animais atingidos. Esses sinais indiciam a prática de rituais correspondentes ao referido por Bonicatti. Por outro lado, as espécies animais representadas nessa arte rupestre incluem-se geralmente na dieta alimentar das comunidades que as produziram e portanto as mais procuradas na caça. Estas evidências concorrem para uma ideia interpretativa: a produção artística não constituiu uma actividade de lazer, mas antes contou-se entre as actividades intimamente ligadas à sobrevivência. Embora não sendo uma actividade estritamente técnica, a produção artística impôs-se como imprescindível, incluída no conjunto daquelas de que essas comunidades acreditavam depender.

Outro aspecto que vem em apoio da tese “da funcionalidade” desta arte, decorre de um fenómeno não raro: as figuras estão executadas sobre o suporte — na tipologia de que estamos a falar, esse suporte é a parede rochosa — sem a preocupação de evitar outras figuras já executadas na mesma superfície, sendo mesmo frequente que sucessivos desenhos tenham sido executados em sobreposição. Dir-se-ia que o problema da legibilidade do desenho e da organização estética do conjunto era secundário ou mesmo inexistente. A representação do animal não se destinaria, assim, a ser “admirada” no sentido estético do termo, mas antes a funcionar magicamente. Por outro lado, cada efigie talvez tivesse a sua eficácia circunscrita a um acto ritual singular, após o qual podia ser desprezada e sobreposta por outras. A ideia de “animais acariciando-se” ou “em cópula” quando parcialmente sobrepostos parece-me totalmente descabida até porque, na maioria dos casos, os vários animais surgem em escalas desconexas ou referidos a malhas orientadoras distintas, além de que o poder de observação revelado no naturalismo das representações seria discordante com o facto de não haver ocultação das partes subpostas.

Outra temática artística contemporânea da arte animalista, a da mulher esteatopígia,

vem reforçar esta ideia interpretativa, ao juntar o tema da “gravidez/procriação” ao da “caça/alimentação”, completando-se assim um universo de preocupações existenciais, que facilmente podemos imaginar como verdadeiramente obsessivo no dia-a-dia dessas comunidades: o da sobrevivência — do indivíduo (alimentação) e da espécie (procriação). A propiciação do sucesso na caça e da fecundidade poderia recorrer assim a uma outra classe de gestos e comportamentos, já não meramente técnicos, mas com igual carácter de imprescindibilidade: a arte/magia.

Uma visão do Mundo.

Mas este quadro de motivações para a arte rupestre no Paleolítico não responde a todas as questões colocadas à sua interpretação. Por exemplo: há excepções na correspondência entre as espécies dos animais representados e as espécies incluídas na dieta alimentar, o que sugere, pelo menos para os casos em que isso se verifica, a existência de “espécies tabu” na alimentação, e de espécies consumidas mas desinteressantes sob o ponto de vista mágico. Este facto convida a pensar em algo mais complexo que uma simples magia de propiciação da caça. Sigfried Giedion, comungando embora da tese da função propiciatória desta arte, chega a sugerir uma apropriação totémica de certas espécies, por parte das comunidades humanas do Paleolítico Superior.

Leroi-Gourhan, entretanto, analisou longamente várias grutas decoradas e observou que a distribuição das figurações no espaço ocupado obedece a uma “topografia iconográfica”, onde as diferentes espécies representadas ocupam lugares hierárquicos, localizando-se por um itinerário de trânsito ou segundo uma escala de níveis de acessibilidade. Talvez a gruta fosse encarada já sob um entendimento “arquitectónico”, onde os diferentes compartimentos desse espaço “universo” fossem investidos de diferentes aptidões rituais e culturais. Observou ainda que nessa distribuição havia associações constantes de animais e símbolos, que sugeriam uma organização por pares em relação/oposição. Na sequência desses estudos Leroi-Gourhan avança a hipótese de que a



Figura de cabrito montês gravada num painel de xisto no sítio da Penascosa. Foi riscada primeiro a linha ondulante de um dorso; depois a cabeça com as orelhas e os chifres. A cabeça terá parecido pequena em relação ao dorso e o artista corrigiu a primeira linha, tornada agora mais curta. Pareceu bem desta vez, e foi então completada a silhueta; a cauda, as patas, o ventre. Talvez esteja nesta gravura, não só a efigie de um cabrito montês mas o próprio percurso operativo do seu executante.

arte rupestre no Paleolítico reflita um imaginário mitológico onde preponderariam as oposições/complementaridades mais evidentes na natureza observada pelos caçadores-recolectores do Paleolítico Superior — dia-noite, vida-morte, masculino-feminino — e que encontrariam em alguns animais e signos, mediadores “litúrgicos” de uma cosmologia sagrada.

Uma arte em sítio.

No caso da arte rupestre — pintura, escultura e gravura praticadas em grutas ou em fragas em campo aberto — há outro aspecto relevante que se prende com uma forte sugestão de “ligação ao lugar”. A arte rupestre do período paleolítico ocorre quase sempre em conjuntos extensos, mais conhecidos em grutas, mas também em terreno aberto. A escolha de um mesmo lugar para a prática sucessiva dos mesmos rituais — por vezes por períodos que se estendem por séculos ou milénios — sugere uma sacralização desse espaço, carregando-se reciprocamente de aptidão litúrgica a arte/magia praticada e o lugar escolhido para seu palco. O sentido desse lugar tornado sagrado depende assim da presença nele dessa arte rupestre, bem como o sentido dessa arte rupestre depende de ela estar situada nesse lugar.

2. Técnicas.

Durante o período paleolítico foram praticadas a escultura, a gravura e a pintura rupestres. A gravura e a pintura, técnicas abordadas neste escrito, podem ocorrer isoladas ou associadas. No essencial o que distingue estas duas técnicas é que na gravura a superfície rochosa usada como suporte foi ferida, enquanto que na pintura procedeu-se à aposição de pigmento sobre a superfície suporte. Quando associadas, a gravura contorna as figuras, delimitando as silhuetas e, posteriormente, as incisões e os espaços delimitados são pintados.

Na gravura os traços do desenho podem ser obtidos por incisão picada ou riscada. Os instrumentos e os gestos operativos seriam basicamente os mesmos usados na produção de artefactos líticos.

A incisão picada seria obtida por percussão. Com a percussão directa, em que a pedra percutora bate directamente na superfície a gravar, a sequência de incisões, correspondentes cada uma a um ponto de percussão, resulta incerta, desviando-se mais ou menos da linha do desenho. Com a percussão indirecta, em que o percutor bate num punção, transmitindo através dele a pancada à superfície a gravar, os pontos de percussão são previamente escolhidos e apontados pelo punção, disso resultando sequências de incisões em linha mais rigorosa, por vezes tão precisa que ilude a multiplicidade dos pontos. A profundidade ou superficialidade das incisões dependerão da violência das pancadas ou da sua repetição nos mesmos pontos. A percussão indirecta pode ainda produzir uma incisão contínua, se for dada ao punção uma inclinação sobre a superfície, e as pancadas do percutor incidirem nele de modo a fazerem-no deslizar sobre a superfície como um cinzel.

A incisão riscada seria obtida por abrasão. Neste caso, a ponta riscadora passaria repetidas vezes no mesmo sítio da superfície rochosa, produzindo um sulco por fricção que podia ser mais ou menos aprofundado.

A técnica da pintura parietal paleolítica varia essencialmente quanto ao processo de aplicação do pigmento no suporte. Quanto ao pigmento, era obtido mais frequentemente a partir de ocreos térreos e matérias orgânicas carbonizadas, moidos e aglutinados com óleo animal até formarem uma pasta mais ou menos fluida. Mas muitas vezes seria obtido de materiais menos estáveis e simplesmente empastado com água, o que teria dado lugar a pinturas que não resistiram ao tempo e de que não nos chegaram vestígios.

Na aposição do pigmento na parede rochosa eram por vezes utilizados simplesmente as mãos e os dedos. Mas em muitos casos a análise cuidada dos traços ou das manchas revelam que foram usadas folhas ou lâminas de osso como espátulas, ou então pincéis de pelo, de penas, de caules fibrosos amolecidos. Em algumas pinturas, a tinta, muito fluida, foi pulverizada por sopro



Figura de cavalo (?) gravada no xisto por abrasão, em Vale de Figueira. A cabeça, o pescoço, as patas e o ventre são aqui significados por uma linha executada por abrasão na superfície do xisto. Numa fenda da rocha foi encastrada uma ferradura... Encontro de duas práticas de magia distanciadas duzentos séculos.

sobre a superfície, no que se terá utilizado um tubo aerógrafo, ou então foi aspergida com uma pluma ou um ramo.

A pintura, especialmente quando digitada ou aplicada com pincel fino ou espátula estreita, resulta muitas vezes num simples desenho, onde o risco predomina sobre a mancha, e este é o tipo mais frequente. A mancha resulta geralmente do preenchimento de uma área previamente delimitada por um contorno linear; mais raramente ela surge autónoma.

Há casos em que numa mesma obra surgem associadas as técnicas da gravura e da pintura: ou por aplicação de tinta nas incisões previamente executadas, ou pelo reforço dos contornos da pintura com incisões.

3. Evolução e estilos.

A evolução da arte rupestre ao longo do Paleolítico Superior não pode ser analisada separada da do Mesolítico e mesmo, em certos aspectos, da do Neolítico. Efectivamente é no decorrer destes períodos que podemos observar um ciclo em que se sucedem, sem descontinuidade, tendências estilísticas especialmente decorrentes de diferentes atitudes estéticas dos artistas perante a realidade. René Huyghe considera que essas atitudes se colocam entre o realismo — atitude em que o artista dá à matéria “plástica” a aparência das coisas que vê — e a abstracção — atitude em que o artista procura impôr à matéria as suas próprias estruturas mentais. Mas a evolução deste ciclo da arte não percorre linearmente o caminho entre esses extremos. Podemos antes observar uma evolução em espiral, com início e termo na abstracção, embora em diferentes níveis, e curso intermédio em diferentes formas de realismo.

Numa primeira fase, pre e protofigurativa, podemos observar verdadeiros ensaios de representação da realidade: linhas e manchas que mais parecem resultar da simples exploração das técnicas e dos materiais, deixando aqui e ali a leve sugestão de focinhos, de armações, de patas, mas sem que a realidade seja totalmente entendida na sua aparência morfológica. Nas manifestações mais espectaculares desta fase, as mãos

deslisaram sobre a argila húmida da parede, deixando os rastros paralelos dos dedos, ou então foram as próprias mãos abertas que imprimiram a matéria plástica.

Numa fase seguinte, podemos já reconhecer claramente os modelos, mas estes estão representados de modo empírico, idealizado, como se aos artistas não interessasse tanto reproduzir a aparência visível dos modelos, mas antes a ideia que tinham acerca deles. Os animais representados são geralmente contornados por linhas que acompanham a ondulação do dorso e do ventre, e sugerem as patas por vezes deixando-as incompletas. A cabeça é representada com minúcia, embora frequentemente numa escala um pouco menor. A silhueta é, em alguns casos, preenchida com cambiantes de claro-escuro através de “esfumados” ou com um fino “grisé” de linhas paralelas.

Esta arte rupestre, ainda no período paleolítico, evoluiu seguidamente no sentido de um realismo que poderíamos chamar “fotográfico”, em que as representações dos animais, de contornos rigorosos e contínuos, revelam com grande minúcia detalhes anatómicos e da pelagem permitindo a clara identificação das espécies, e em que as atitudes e as posições demonstram uma grande preocupação com o movimento. Jacquetta Hawkes considera este realismo, não como exibição de um virtuosismo “técnico” dos artistas, mas antes como elemento essencial na eficácia “litúrgica” das representações, já que a “magia simpática” exigia a semelhança da efígie com o modelo real. É também nesta fase que surgem representações de grupos coerentes, onde vários elementos intervêm numa mesma cena.

Na sua última fase, já na transição do Paleolítico para o Mesolítico, a arte figurativa volta a afastar-se da fidelidade para com os modelos representados, reaproximando-se da atitude abstractizante, mas agora através de um esquematismo simbólico onde se pressentem condicionantes hieráticas. Já no Mesolítico, as figurações tornam-se verdadeiros signos geométricos, sugerindo uma escrita ideográfica.

Álvaro Almeida

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO CÔA

Ideias e propostas para um projecto

A criação de um Parque Arqueológico no Vale do Côa, obviamente alternativo à barragem, é uma medida que se impõe como a mais adequada para promover a investigação do património arqueológico da área, a sua protecção e a sua valorização com fins educativos, culturais e de desenvolvimento regional.

Nesta convicção, a ProAPA/ Associação Profissional de Arqueólogos tem vindo a estudar um conjunto de ideias e propostas que permitem já, com alguma propriedade, *simular* um parque arqueológico no Côa. Não o "parque" de plástico e betão, coexistente com a barragem, que a EDP sugeriu há meses. Os fundamentos desse projecto, que assentavam em parte na possibilidade de remoção das rochas gravadas, são inaceitáveis à luz da ética científica e desrespeitam grosseiramente a integridade de um ambiente *mágico*, histórica e globalmente significativa como é a paisagem e a topografia do Côa. O que se propõe, pelo contrário, é a criação de um parque arqueológico e natural genuíno, dotado de um Museu e Centro de Investigação, algo como não acontece em Portugal desde 1962.

O Parque / Museu de Sítio do Vale do Côa deve abranger toda a área definida como pertencente ao complexo da arte rupestre e deve ter a possibilidade de gerir directamente essa área, por forma a organizar de modo mais conveniente os seus acessos, a delimitação e protecção física da área e os percursos internos que permitam a visita do complexo, segundo critérios museológicos. Deverá ainda potenciar o enquadramento na área regional envolvente, valorizando todo um quadro polifacetado de recursos naturais, arqueológicos e turísticos.

Terá também de compreender um edifício de Museu propriamente dito, com áreas de trabalho, de arquivo de documentação, de biblioteca, de reservas de materiais e, sobretudo, de exposições e animação socio-educativa que auxiliem os visitantes a compreender e a ser enriquecidos por essas extraordinárias manifestações artísticas. Deverá

também essa estrutura servir de Centro de Investigação, dando aos diversos que virão a estar envolvidos condições de trabalho e de alojamento, pois é obvio que o trabalho científico no Vale do Côa excede em muito aquele que as instituições responsáveis vêm, atabalhoadamente e "à frente do bulldozer", promovendo.

A instituição necessitará de um quadro de pessoal mínimo de cerca de três dezenas de pessoas, que inclua, para além do indispensável sector administrativo, investigadores capazes de assegurar o trabalho continuado necessário, técnicos de conservação que potenciem a protecção do património à sua guarda, técnicos de animação e marketing, pessoal necessário a todas essas tarefas e, claro, o pessoal de guardaria e apoio ao visitante que permitirá o funcionamento do parque.

O Museu / Centro de Investigação deveria funcionar como laboratório-estaleiro de pesquisa na área de arte pré-histórica, promovendo a interacção das mais modernas linhas de investigação a nível mundial. O acolhimento de especialistas estrangeiros, a realização de estágios universitários e campos de trabalho internacional, a realização de seminário ou de congressos periódicos e de acções de formação numa base regular poderiam fazer do Côa um organismo aberto e de ponta para a renovação da arqueologia nacional e para a criação de uma verdadeira *escola* de especialistas portugueses em arte pré-histórica, conservação, protecção e museologia arqueológica.

A criação deste Museu, que serviria de pólo aglutinador da convergência dos interesses científicos e patrimoniais, a nível mundial, pelo vale do Côa, teria sem dúvida um efeito multiplicador na dinâmica sócio-económica da região: geração directa de postos de trabalho, investigadores radicados no local, missões de investimento externas, promoção de turismo numa zona com um potencial extraordinário (ambiente natural, termalismo, vitivinicultura, outro património cultural), criação de incentivos à fixação

dos jovens, numa zona de envelhecimento populacional acentuado.

Estas potencialidades são tanto mais importantes quanto é evidente a oportunidade única de desenvolver um projecto transfronteiriço, tendo como pólos o Côa e Siega Verde, estação que configura com o Côa e com outros sítios portugueses (Mazouco) uma verdadeira província, de arte paleolítica e estendê-lo aos múltiplos sítios arqueológicos conhecidos de um e de outro lado da fronteira luso-espanhola.

O enquadramento institucional deste Museu de Sítio poderá ser feito por vários modelos, mas é claro que o património em questão justifica a criação de uma instituição na dependência directa da Administração Central — seja através do IPPAR (como tantos Monumentos Nacionais), do IPM (como um Museu Nacional) ou do Ministério do Ambiente (o que a dimensão da área pode aconselhar) — mas o modelo associativo, ou de uma Fundação (permitindo o desenvolvimento autárquico) é também possível.

Um investimento inicial da ordem de um milhão de contos e um orçamento anual próximo dos cem mil contos permitiriam criar e pôr a funcionar uma instituição que poderia gerir adequadamente um Parque Arqueológico cujo o tecto anual de visitantes poderia rondar as cem mil pessoas.

A questão do financiamento, agitada como *papão* para, numa primeira fase, "demonstrar" a inviabilidade de um projecto cultural alternativo à Barragem, obrigará, como é natural, a um esforço relevante envolvendo diversos organismos do Estado. No entanto, algumas consultas já efectuadas permitiriam listar todo um conjunto de apoios no quadro comunitário que podem ser mobilizados para este efeito (PRONORTE, INTERREG 2, PRODOURO, ou o recém-lançado Programa RAFAEL, por exemplo). Algumas indicações recentes provenientes de reuniões europeias no âmbito do património permitem até um certo optimismo a este respeito.

Deste modo, um PARQUE ARQUEOLÓGICO do Côa é possível, é desejável e é mesmo uma urgência face ao património único e grandioso que Portugal teve a sorte de conservar no seu território. Atenta aos seus lugares-memória, a Europa por certo não deixará de saudar e apoiar as iniciativas políticas que o Governo Português anuncie para este efeito.

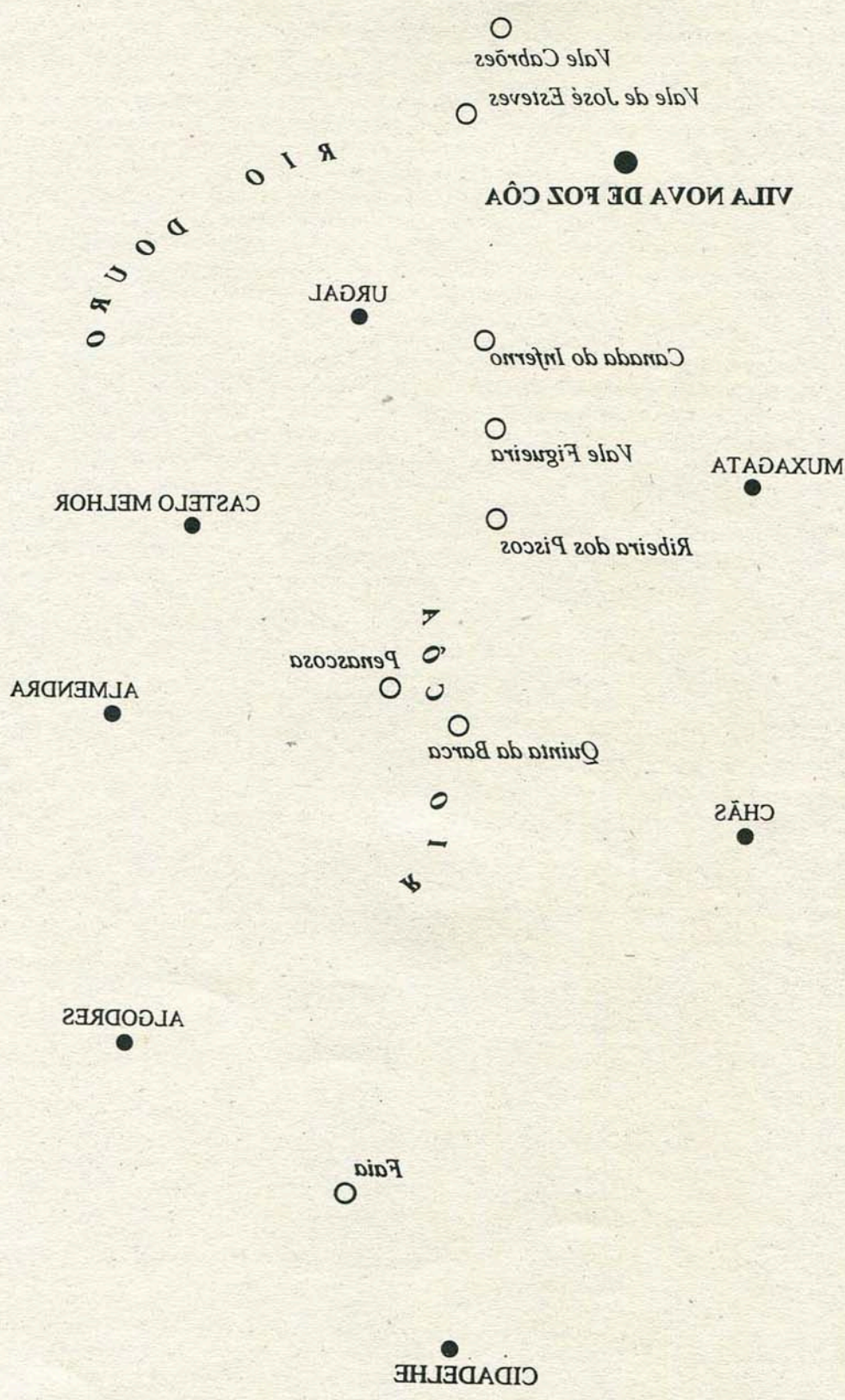
Virgílio Hipólito Correia
Alexandra Cerveira Lima
António Manuel S. P. Silva
(ProAPA / Associação Profissional de
Arqueólogos)



ESCALA · 1:100.000

(excerto do mapa orohidrográfico de Portugal, edição: Centro de Estudos Geográficos / Instituto de Alta Cultura. 1965)

Veja este mapa orohidrográfico em contraluz



Literalmente submersos, pois de uma questão de água se trata, pela avalanche de notícias que persistentemente nos dizem poder estar para acontecer o unimaginável, deixamo-nos com facilidade cair no erro de esquecer que o “episódio do Côa” faz parte de um cenário muito mais vasto, sem o qual provavelmente ele não chegaria sequer a existir. Por isso, não abrandando a luta em defesa da conservação das gravuras (e “conservação”, pelo menos até que alguém nos prove o contrário, significa manutenção fora de água, pois a imersão, para além de injustificável em termos político-culturais, seria equivalente à destruição pura e simples), importa não cometer o erro de supor que a árvore pode ser salva, sem cuidar da floresta. Na qualidade de arqueólogos profissionais, essa é uma responsabilidade que sentimos de forma indeclinável e para a qual nos não cansamos de chamar a atenção do conjunto dos cidadãos. É certo que nunca como nestes tempos se falou tanto em arqueologia. Nunca como nestes meses foi possível fazer de uma questão arqueológica tema de discussão tão apaixonada, nas ruas, nos táxis, talvez até nas bichas de supermercado. Nunca como agora se sentiu tanto a existência de arqueólogos, a ponto de há tempos o professor Galopim de Carvalho nos confessar já não ser chamado de “engenheiro” ou “geólogo”, mas de “arqueólogo” — palavra que parece ter adquirido efeitos mágicos. Para tudo isto o Côa já serviu. E para algo mais: pela primeira vez na história recente do país as associações de arqueólogos foram tratadas como parceiros sociais pelos órgãos do Estado (um pouco à imagem do estatuto que no século passado já tinha a vetusta “Real Associação dos Arquitectos Civis e dos Arqueólogos Portugueses”). Se mais não fora, o Côa passaria a ficar para a história da arqueologia portuguesa pela proeza de nos ter permitido ver arqueólogos serem entrevistados pelos media à saída do palácio de Belém, com um estatuto que apenas se reserva às chamadas personalidades públicas.

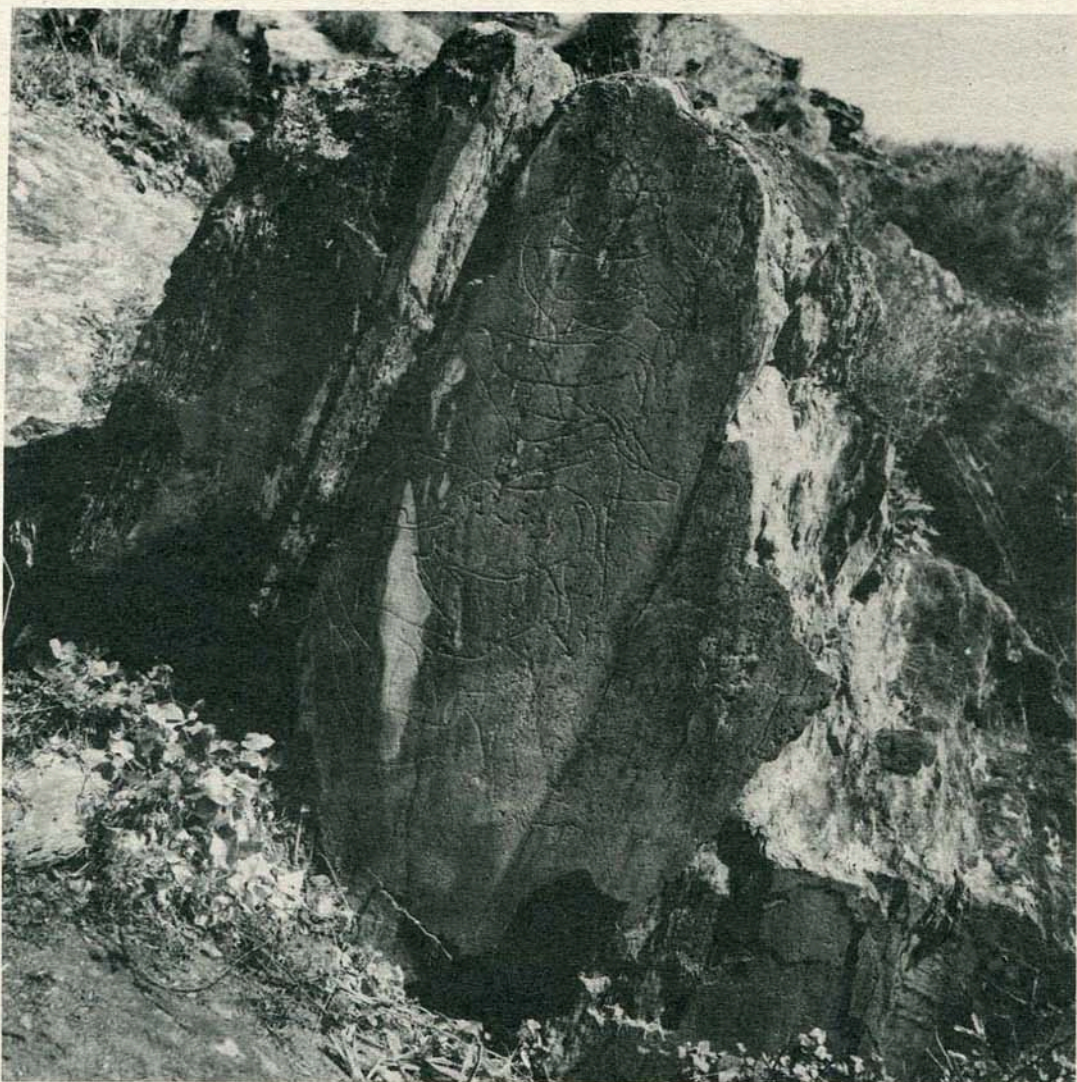
Mas, insistimos que é preciso não esquecer o cenário onde o “folhetim Côa” se inscreve. Tememos que, uma vez bem ou mal assente a poeira, pouco se tenha avançado e se regresses ao pântano que tem permitido a destruição maciça de “pequenos Côas”, fomentada pela incultura e falta de sentido de Estado de quem nos governa e abençoada pelo silêncio cúmplice ou a resignação de quem há muito, reclamando-se de técnico, perdeu os ideais (se os teve), para se acomodar à rotina da circulação nos corredores e gabinetes da estrutura administrativa caduca que ainda nos apoquentas. Alinhemos, pois, algumas das reflexões que neste caso nos sugere, para o seu pleno entendimento e futura utilização profiláctica:

1. A primeira pergunta que nos ocorre quando se pensa no “episódio Côa” é a de saber o que lá anda a fazer o IPPAR? Entenda-se a pergunta na sua maior amplitude: pouco nos interessa, a este nível, se o trabalho ali feito pelo IPPAR é bom ou mau. Aquilo que nos importa é saber porque lá está, pura e simplesmente — pergunta que certamente há-de a alguns parecer ingénua, disparatada ou radical. Tudo isto já os servidores do templo nos chamaram, em tom mais ou menos paternal, aconselhando-nos o bom senso da moderação e da adesão ao rebanho. Mas nós insistimos com a nossa tese, chamem-lhe como quiserem: quanto menos o IPPAR intervier, tanto melhor para a nossa arqueologia. Ou dito de forma mais positiva: para que faça alguma coisa bem, o IPPAR ou quem lhe suceder (desejavelmente, um instituto dotado de serviços regionais e reunindo as vertentes arqueológicas, patrimoniais e museais dos actuais IPPAR e IPM) deve fazer cada vez menos. Em concreto: já se viu algum departamento do Ministério do Ambiente, por exemplo, tomar sobre si a responsabilidade da execução de estudos de impacto ambiental, através de protocolos celebrados com os donos das obras? Claro que não, pelo menos por duas cristalinas razões. Primeira: as Universidades formam há anos gente preparada para

desempenhar tais tarefas, gente pronta para dar a resposta profissional adequada, na razão directa da procura existente. Segunda: a função dos organismos oficiais é a da fiscalização independente, não podendo confundir-se numa mesma pessoa ou serviço funções executivas e fiscalizadoras. Ora é esta situação, no mínimo ridícula (e potencialmente duvidosa do ponto de vista da ética profissional e da transparência democrática), que o IPPAR tem alegremente promovido nos últimos anos, obtendo assim os fundos que pelo seu próprio orçamento não possuiria e mantendo sob ferro e controlo uma obediente mão de obra qualificada, paga a recibo verde. O caso do Côa é especialmente ilustrativo deste estado de coisas, porque há dois anos já o IPPAR respondia à "comissão de acompanhamento" da construção da barragem que não se preocupasse quanto às questões de impacto arqueológico, porque estava a negociar com a EDP a celebração de um protocolo (mais um...), que tudo iria resolver. A verdade é que o messiânico protocolo chegou e deu no que se sabe: a colocação no local (em nem sequer a tempo realmente inteiro) de um técnico superior, arqueólogo em princípio de carreira, coadjuvado por dois ou três auxiliares — a pomposamente chamada "equipa de arqueologia" do Côa! Por isso, para que os novos Côas não aconteçam, impõe-se extrair a primeira lição, sob a forma de consigna panfletária, como é próprio dos radicais como querem que sejamos: IPPAR fora dos estudos de impacto ambiental, já!

2. Admitamos, todavia e por momentos, que a triste figura que hoje é o IPPAR não existia e que desde o início se tinha seguido a via da normalidade, ou seja, do recurso ao mercado profissional da arqueologia (profissionais livres, empresas, departamentos universitários, associações, etc.). Passaria então a não haver problemas de maior? De modo nenhum, porque a verdade é algo que vai mal no reino do ambiente. Em primeiro lugar, a legislação e sobretudo a prática das avaliações de impactos ambientais quase parecem concebidas para garantir que todas as grandes obras públicas ou de empresas públicas (se forem obras privadas e "pequenas", já a exigência pode ser outra...), desde

que decididas por qualquer ministro, secretário de estado ou simples gestor, possam efectivamente ser realizadas, servindo os estudos de impacto apenas para minorar os seus efeitos negativos. Tanto quanto sabemos, nunca nenhuma avaliação de impacto teve como resultado a inviabilização total de um qualquer "grande projecto" público (ou até privado) — coisa que certamente só passará pela cabeça de fundamentalistas como temos de concluir nós sermos. Acresce, no caso do património cultural, um outro e não despreciando factor: é que ele é tratado na legislação dos estudos de impacto (e na prática profissional de muitos dos seus executantes...) como "parente pobre" a quem apenas a custo se tolera a existência. Não é por mero acaso que na Lei de Bases do Ambiente, adoptada em 1987, não existia qualquer remissão para a Lei de Bases do Património Cultural, adoptada dois anos antes, nem que as primeiras referências explícitas ao património cultural, e especificamente aos bens arqueológicos, nos estudos de impacto ambiental somente tenham surgido aquando da transposição de uma directiva comunitária para o sistema jurídico nacional; nem que no Ministério do Ambiente praticamente não haja arqueólogos, que assim não podem participar de pleno direito nas chamadas "comissões de acompanhamento" das obras sujeitas a avaliações do seu impacto ambiental... Estes, por seu lado, conferem com frequência uma de três saídas à componente patrimonial, qual delas a pior: ou ser pura e simplesmente ignorada, ou ser representada através de listas de sítios obtidas pela consulta a serviços oficiais (utilizados, de forma abusiva e ardilosa, como autênticos "avalistas" do mau trabalho de muitos dos "gabinetes" envolvidos nesta temática); ou ser remetida para o nível da pesquisa arquivística documental, visando fins ilustrativos e normalmente confiada a cobradores situados no plano da chamada "mão de obra barata". Utilizadas as duas mãos, talvez ainda sobre os dedos para contar os estudos de impacto (ou planos directores municipais, por exemplo) realizados até hoje no nosso país, nos quais a componente arqueológica tenha resultado do trabalho de equipas profissionais autónomas e bem dimensionadas,



Painel gravado, no sítio da Penascosa. Cavalos, auroques, cervos, estão aqui representados por silhuetas vigorosas, em disposição aparentemente caótica. As figuras sobrepõem-se, sem relação coerente de escala ou de malha ordenadora. Cada uma destas preciosas figuras desempenhou decerto um papel isolado num ritual de magia simpática, em que o realismo seria condição de eficácia. Este magnífico painel traz aos nossos olhos do final do século XX um mundo olhado há 20.000 anos.

com meios e tempo para a realização de prospecções de terreno adequadas. Por tudo isto, para que novos Côas não aconteçam, impõe-se extrair uma segunda lição: exija-se que os serviços do Ministério do Ambiente comecem a levar a sério os estudos de impacto ambiental e obriguem a que neles se inclua, *ab initio*, a componente arqueológica — prática para que se deverão apetrechar através de uma maior pluralidade disciplinar dos seus quadros, onde os arqueólogos têm que estar presentes a todos os níveis, desde os serviços centrais responsáveis pelo acompanhamento dos ditos estudos, até aos serviços locais, em reservas, parques ou áreas de paisagem protegida.

3. Mas se, ao puxar o novelo, encontramos no “episódio Côa” fios que nos remetem para diferentes ministérios, não será que, afinal, a questão é mais global e tem a ver com a política governativa, no seu todo? Pensamos que sim e como que para nos dar razão, aí está o “Projecto de Lei do Património Cultural Português” que o governo pretende publicar e para o qual já fez diligências junto da Assembleia da República (sem sequer o dar a conhecer aos deputados, a quem apenas fez chegar uma lista vaga de intenções, sob a forma de “pedido de autorização legislativa”). A lei em vigor (Lei nº 13/85) vai fazer uma década. Foi adoptada por unanimidade dos partidos políticos representados no Parlamento, depois de ampla discussão pública. Sempre se ouviu dizer que era uma boa lei, apenas precisando ser regulamentada. Lançaram-se insistentes apelos nesse sentido. Mas os sucessivos governos nada fizeram — com uma curiosa excepção: a recente publicação de uma lei sobre o património arqueológico subaquático, lei em que a arqueologia se equipara à “recuperação de antiguidades” e onde, à maneira do século XIX, se aposta no concessão da nossa costa às empresas privadas, admitindo-se repartir com elas as riquezas recuperadas. Sendo este diploma — ao que consta elaborado por um deputado do PSD que é também advogado de conhecido caçador de tesouros americano — a única produção legislativa do actual governo, cremos que fica tudo dito quanto ao que dele se pode esperar. Os numerosos

dislates de que padece o Projecto de Lei acima referido adquirem assim toda a coerência, e especialmente num ponto que diz directamente respeito ao “episódio Côa”: a supressão da orientação genérica constante da lei ainda em vigor, segundo a qual todas as grandes obras públicas ou privadas deveriam conter nos seus orçamentos verbas para os estudos arqueológicos necessários à avaliação e minimização dos seus impactos. No novo texto legal reduz-se essa situação às obras situadas em “áreas de reconhecido interesse arqueológico”. Como é fácil perceber, num país onde não há dinheiro nem incentivo para a actividade arqueológica programada, onde o interior se desertifica aceleradamente tanto do ponto de vista demográfico como do ponto de vista cultural, nunca o vale do Côa poderia assim ser classificado antes de para ele se projectar a construção de uma obra que obrigatoriamente devesse implicar a realização de prospecções arqueológicas. Por isto (e por muito mais do que vem no Projecto de Lei e não é possível aqui comentar), impõe-se extrair uma terceira lição: aquilo que está mal no Côa é a política governamental da Cultura e do Património Cultural, como um todo, e só corrigindo esta poderá haver vislumbres de melhoria realmente duradoura.

4. Simplesmente, chegados aqui, não-de numerosos leitores colocar a questão que todos os dias se ouve nas ruas: nada garante que outro qualquer governo, de qualquer força política, seja melhor do que o actual e outros que o precederam. Haverá porventura muita injustiça neste comentário, porque não desistimos ainda de pensar que nem todos os políticos são iguais, sendo saudável que as alternativas de gestão da “coisa pública”, quando existam, se canalizem através dos instrumentos que o regime nos faculta — e esses são, em grande medida, os partidos políticos, especialmente aqueles que queiram ouvir o sentir da chamada “sociedade civil” (expressão que alguns políticos quase parecem ter ido buscar ao baú das suas memórias liberais novecentistas, para depois melhor ignorar a realidade que ela poderia consubstanciar). Desejamos crer que este estado de espírito, este pessimismo nacional que nos faz desistir dos nossos di-

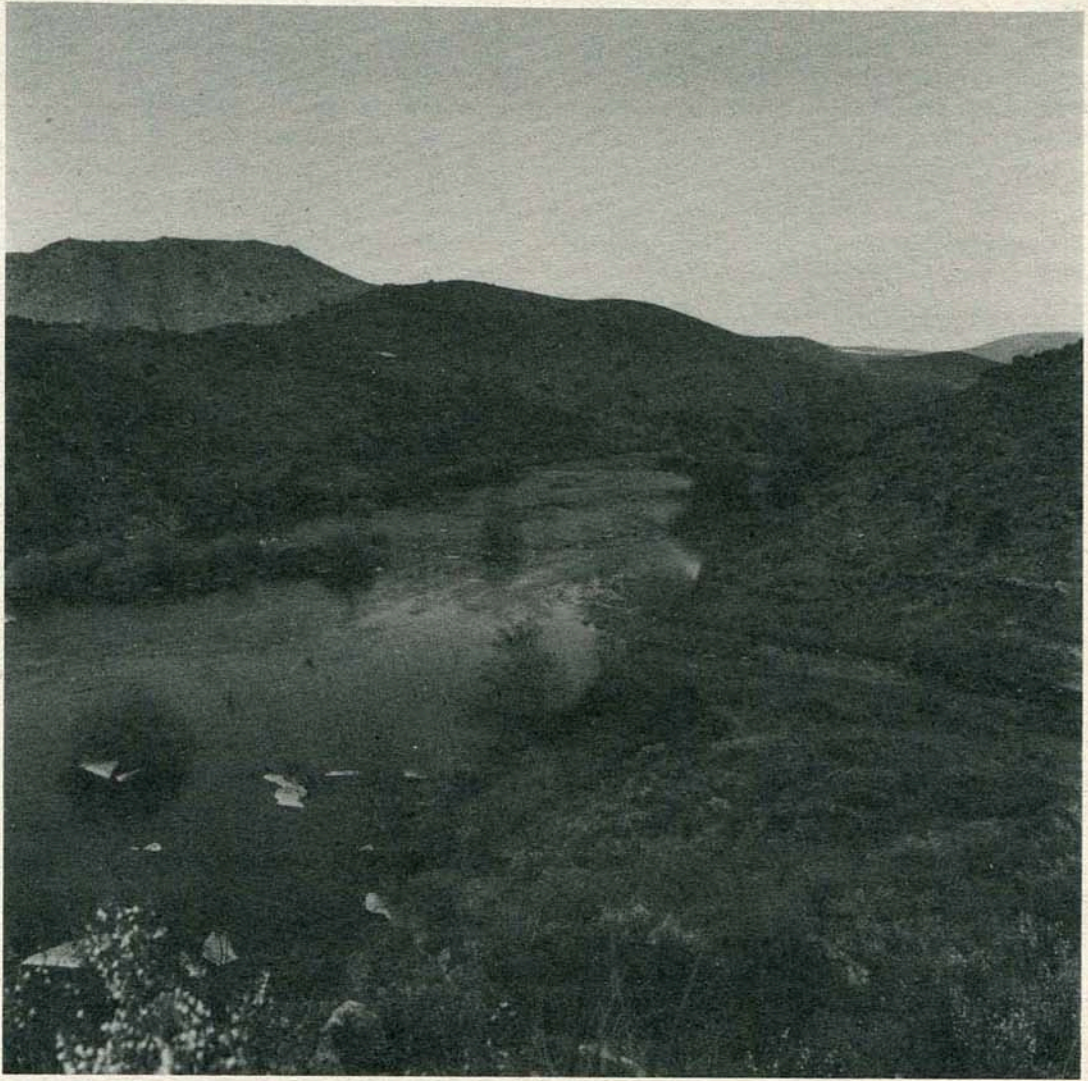
reitos cívicos (para afinal termos a “classe política” que merecemos), seja realmente injusto. Mas não escondemos que cada vez mais conhecemos na descrença generalizada dos poderosos contornos daquilo a que ouvimos dar o nome de “sabedoria popular”. Ora, é precisamente para introduzir na esfera da decisão de qualquer Governo futuro a normal e regular consulta da “sociedade civil” (a qual, em matérias científicas e patrimoniais como as do Côa, não pode deixar de ser constituída em primeira linha pelos especialistas na matéria), que os arqueólogos há muito propõem a constituição de um Conselho Superior de Arqueologia (o qual o Partido Socialista tomou entretanto a iniciativa de concretizar, através da apresentação na Assembleia da República de uma proposta, sob a forma de Projecto de Lei), acabando de vez com o penoso espectáculo que é o do Governo dizer que recorre a um mirífico “Conselho Consultivo de Arqueologia”, órgão de consulta privativa do Presidente do IPPAR, que lhe determina as matéria sobre que se deve pronunciar, Conselho onde praticamente não há arqueólogos (os poucos que havia demitiram-se na sequência dos acontecimentos do Côa) e a ampla maioria dos participantes depende do poder que os

nomeou. Por isto, compreende-se a quarta e última lição deste texto: para que o Côa seja plenamente cumprido, é forçoso que os arqueólogos tenham a audácia de ver-se a si próprios como profissionais e cidadãos de corpo inteiro, reclamando do Poder Político a criação dos órgãos onde a sua voz e a das instituições onde trabalham (Universidades, Museus, Laboratórios, Associações...) sejam ouvidas e devidamente ponderadas. Ora, chegados aqui, temos o dever de afirmar que nos anima algum optimismo: finalmente parece que os arqueólogos despertaram e começaram a sentir e actuar como classe profissional. Se assim for, se sairmos vitoriosos do “episódio Côa” ou se mesmo em face de um desfecho catastrófico, não desistirmos e soubermos capitalizar a situação actual em favor de uma maior dignificação da função social do arqueólogo e da Arqueologia, se pudermos nessa base passar a melhor acorrer ao estado calamitoso do nosso património arqueológico, então poderemos ter a pretensão de no futuro marcar duas idades na história da nossa disciplina: a. C. / d. C. — antes e depois do Côa.

Luís Raposo
arqueólogo



Figuras de cavalos gravadas por percussão na ribeira dos Piscos. As silhuetas das duas cabeças intersectam-se. Aparentemente por acaso, já que nenhuma delas se sobrepõe à outra, o que decerto teria sido fácil ao artista sugerir. Porém, a poética hipótese de “dois cavalos acariciando-se”, proposta geralmente pelos visitantes, não deve ser excluída.



Foz da Ribeirinha no Côa. No maciço xistoso, o vale do Côa, ao contrário do que sucede no granito, abre-se numa concha de declives suaves. As quintas de valoura, nomeadamente da vinha mãe do "generoso do Douro", encontram aí condições excepcionais. Duas dessas quintas, a da Barca e a de Santa Maria, bordejam o rio nesta área.

POLÍTICA E CIÊNCIA NA QUESTÃO DO CÔA

Entre os partidários da barragem do Côa começa a ser utilizada, embora ainda em surdina, a tática de pôr em causa a credibilidade dos arqueólogos que têm vindo a defender a paragem das obras e a transformação da região num Parque Arqueológico com o argumento de que, na verdade, ninguém sabe muito bem qual é a real antiguidade da arte rupestre aí descoberta e que, se calhar, as gravuras nem são paleolíticas...

O mote foi dado, logo em princípios de Janeiro, nas declarações prestadas à RTP por um suposto especialista espanhol de arte rupestre (que, aliás, é completamente desconhecido em Espanha). Segundo ele, as gravuras tinham que ser pós-paleolíticas, porque a fauna representada (cavalos, auroques, cabras e veados) não incluía as espécies extintas características do Paleolítico Superior (bisonte, mamute, rinoceronte lanígero, rena). A enormidade do disparate é evidente. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de informação acerca do assunto sabe que as espécies mais bem representadas em toda a arte parietal paleolítica são precisamente o cavalo e o auroque! Se as premissas do raciocínio fossem válidas, a famosa gruta de Lascaux também seria pós-paleolítica...

A ausência no Côa das referidas espécies extintas nada tem de surpreendente: o mesmo acontece na arte parietal e móvel paleolítica do Sul de Espanha, e explica-se pela simples razão de que elas não habitavam estas regiões. Em todas as jazidas paleolíticas de gruta (as únicas em que os restos ósseos se preservam sempre) até hoje conhecidas em Portugal, seja na faixa litoral entre Tejo e Mondego, seja em Trás-os-Montes, nunca foi encontrado um único resto ósseo de bisonte, rena, mamute ou rinoceronte lanígero. Como podiam os artistas do Côa ter representado animais que não conheciam?

Em dois recentes programas da SIC (Tostões e Milhões de 31/5, e debate sobre a barragem a seguir ao telejornal de 4/6) tivemos oportunidade de assistir à ressurreição do argumento, desta vez na boca de responsáveis do governo e da EDP, e documen-

taristas especializados em assuntos económicos. Por coincidência, ou talvez não, isso acontecia na altura em que os jornais (Público de 31/5, por exemplo) noticiam que, contratados pela EDP, alguns especialistas estrangeiros em datação directa de gravuras rupestres tinham estado no Côa a recolher amostras.

A realização de tais trabalhos é obviamente necessária, mas está longe de constituir a prioridade do momento. A atribuição da maioria das gravuras ao Paleolítico Superior que, com base em critérios estilísticos, tem sido proposta por todos os especialistas que já visitaram o sítio, deve ser considerada como um dado adquirido. Esses critérios estão comprovados por um século de investigação e, no caso das pinturas de grutas cujo pigmento foi datado pelo radiocarbono, a atribuição estilística ao Paleolítico Superior, entre 30.000 e 10.000 anos antes do presente, tem sido sempre confirmada pelas datações absolutas. A importância científica e patrimonial das gravuras do Côa advém de serem paleolíticas, isto é, de pertencerem ao primeiro ciclo artístico da História, a uma época em que se pensava que a arte parietal apenas era feita nas cavernas, e que elas vêm demonstrar definitivamente que era também (e provavelmente sobretudo) feita ao ar livre; e não é diminuída pelo facto de terem 10.000 em vez de 20.000 anos, ou aumentada pelo facto de terem 30.000 em vez de 20.000.

A pressa com que a EDP tentou levar a cabo os referidos trabalhos de datação directa só pode por isso resultar de uma motivação mais política do que científica, e revela uma percepção errada do valor histórico-cultural do vale do Côa. A antiguidade paleolítica de uma grande parte da sua arte é com efeito apenas um dos aspectos que lhe confere um carácter único. O outro é o de o vale conter igualmente imagens da Pré-História recente (Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro) e, portanto, corresponder a uma espécie de «galeria de arte» natural onde é possível, tendo como referencial um espaço que, no essencial da sua topografia, pouco

ou nada parece ter mudado nos últimos 20.000 anos, observar a forma como a expressão gráfica das ideias evoluiu ao longo do tempo, e a relação dessa evolução com as modificações ocorridas no povoamento humano da região.

Mesmo admitindo, por absurdo, que venha a acabar por se concluir que a grande maioria das gravuras são afinal pós-paleolíticas, isso em nada diminuiria a importância que o sítio tem sob este ponto de vista. A determinação de qual é a percentagem exacta das gravuras que são efectivamente paleolíticas (e a cronologia exacta da sua criação), e qual é a das que são pós-paleolíticas, sendo certamente de um enorme interesse científico, é por isso irrelevante para a decisão política que tem de ser tomada: a de construir ou de não construir a barragem. Quaisquer que sejam essas percentagens, o sítio não pode deixar de ser preservado como um valor patrimonial e cultural que pertence a toda a Humanidade, e que o Estado português não tem o direito de destruir.

A via escolhida pela EDP para determinar a cronologia da arte do Côa, sendo a que eventualmente permitirá obter «números» mais rapidamente e, portanto, a que mais útil se pode vir a revelar do ponto de vista dos interesses políticos da empresa, não é por outro lado nem a melhor, nem a mais indicada, do ponto de vista científico. De facto, os métodos usados pelos especialistas contratados pela EDP ainda estão em fase experimental de desenvolvimento, e os resultados que através deles se obtiverem, quaisquer que eles sejam, necessitarão sempre de confirmação independente. Por outro lado, tendo as figuras, ou pelo menos algumas delas, sido reavivadas ao longo do tempo, esses resultados dirão em qualquer dos casos respeito apenas à última vez em que isso foi feito, não ao momento em que as gravuras foram criadas.

No que respeita a este último, a via mais promissora de abordagem do problema seria a da escavação dos depósitos quaternários da Penascosa, em Castelo Melhor. Neste sítio há figuras soterradas, o que significa que é possível, através do método OSL (Optically Stimulated Luminescence) datar o

momento em que se depositaram as areias que as cobrem e, portanto, obter uma idade mínima para as gravuras. O facto de haver figuras enterradas implica ainda que a superfície original a partir da qual elas foram executadas se situe a cota inferior à actual (provavelmente 12 m mais abaixo). É muito possível que a acumulação de sedimentos entretanto sobrevinda tenha conservado mais ou menos intacta essa superfície. A escavação desta última poderia, portanto, permitir também a descoberta de vestígios arqueológicos (porventura ligados à execução das próprias gravuras) através dos quais fosse possível chegar a uma cronologia mais precisa da arte rupestre.

A estratégia que isso sugere impor-se-ia naturalmente a qualquer arqueólogo experimentado que tivesse um conhecimento directo das problemáticas e dos sítios. O que é surpreendente, por isso, é que ela não esteja a ser executada. Mais surpreendente ainda é que, ao mesmo tempo que continuam a gastar rios de dinheiro com as obras, e com a contratação dos especialistas em datações directas, aquela que devia ser, essa sim, a prioridade fundamental — o levantamento sistemático dos vestígios existentes no vale — continue por realizar: segundo um dos consultores nomeados pelo Ippar para o Côa, António Martinho Baptista, não há qualquer actividade de prospecção em curso, e a situação atingiu um ponto tal que o mesmo se vê obrigado a declarar à imprensa que «eu só não me vou embora por uma questão cívica» (Público de 31/5).

Assim, enquanto a paralisia do Ippar se agrava, é a administração da EDP que decide quais são as prioridades da investigação arqueológica do Côa, é ela quem decide o que se faz, como, onde, e por quem. Como é óbvio, fá-lo em função dos seus próprios interesses. Assim, o dinheiro que em teoria afirma ter disponível para promover o «estudo» e a «preservação» das gravuras, na prática só é gasto onde pensa poder vir a obter argumentos políticos para continuar as obras: em experiência de corte de rochas que mantenham em aberto a «alternativa Abu Simbel»; e em ensaios de datação física que eventualmente lhe permitam pôr em causa a credibilidade científica dos arqueó-

logos e, por essa via, lançar a confusão sobre a real importância do sítio.

Com que qualificações, e com que mandato, a administração da EDP dirige os trabalhos arqueológicos do Côa, em vez de promover a constituição de uma Comissão Científica Independente, conforme lhe foi recomendado em Dezembro passado pelo seu próprio Conselho Ambiental, não se sabe. Em qualquer dos casos, esta é uma situação que já é considerada escandalosa nos meios científicos internacionais ligados à arqueologia, e que levanta, em relação aos especialistas em datações directas que aceitaram a encomenda da EDP, graves questões de ordem deontológica, que os arqueólogos portugueses não deixarão de suscitar nos foros apropriados.

Passados seis meses sobre o anúncio

oficial da existência da arte paleolítica do Côa, continuamos pois à espera de iniciativas válidas e de boa fé para que, independentemente da decisão final que venha a ser tomada sobre a barragem, o monumento seja estudado com os meios que a sua grandeza requer. Até quando permitirão os cidadãos portugueses, cujos impostos sustentam a hierarquia do Ippar e cujas contas de electricidade alimentam os orçamentos suntuários da EDP, que esta vergonha continue?

João Zilhão

docente do departamento de História da
Faculdade de Letras de Lisboa
presidente da Secção de Pré-História da
Associação dos Arqueólogos Portugueses
membro do Conselho Permanente da Union
Internationale des Sciences Pré et
Protohistoriques (UISPP)

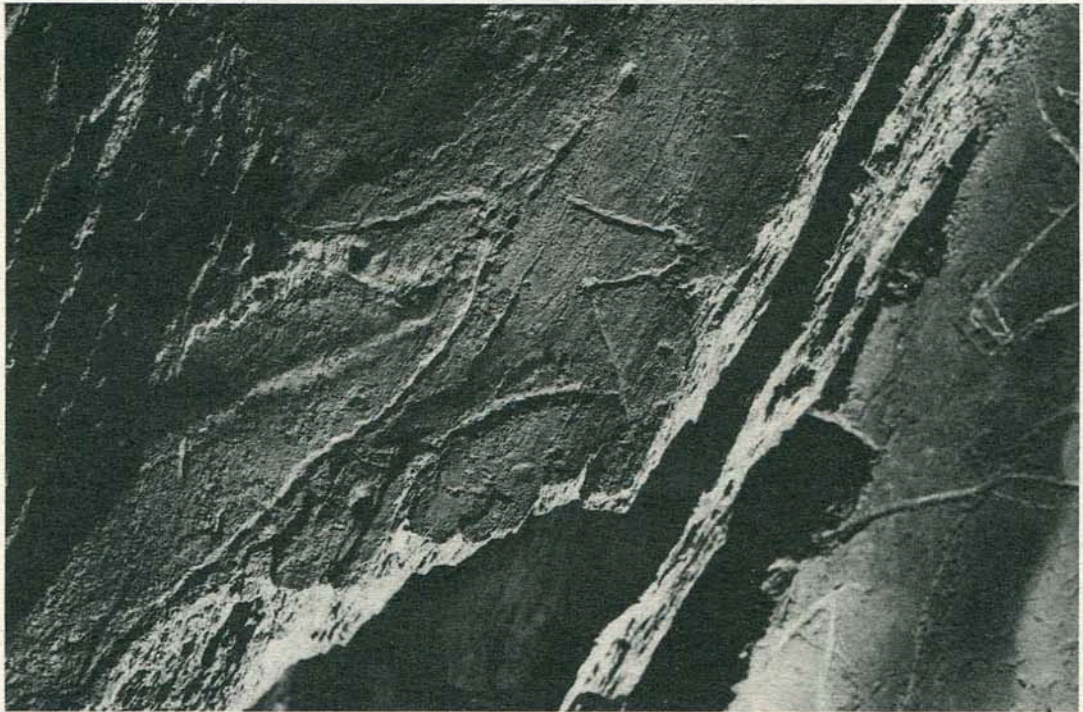
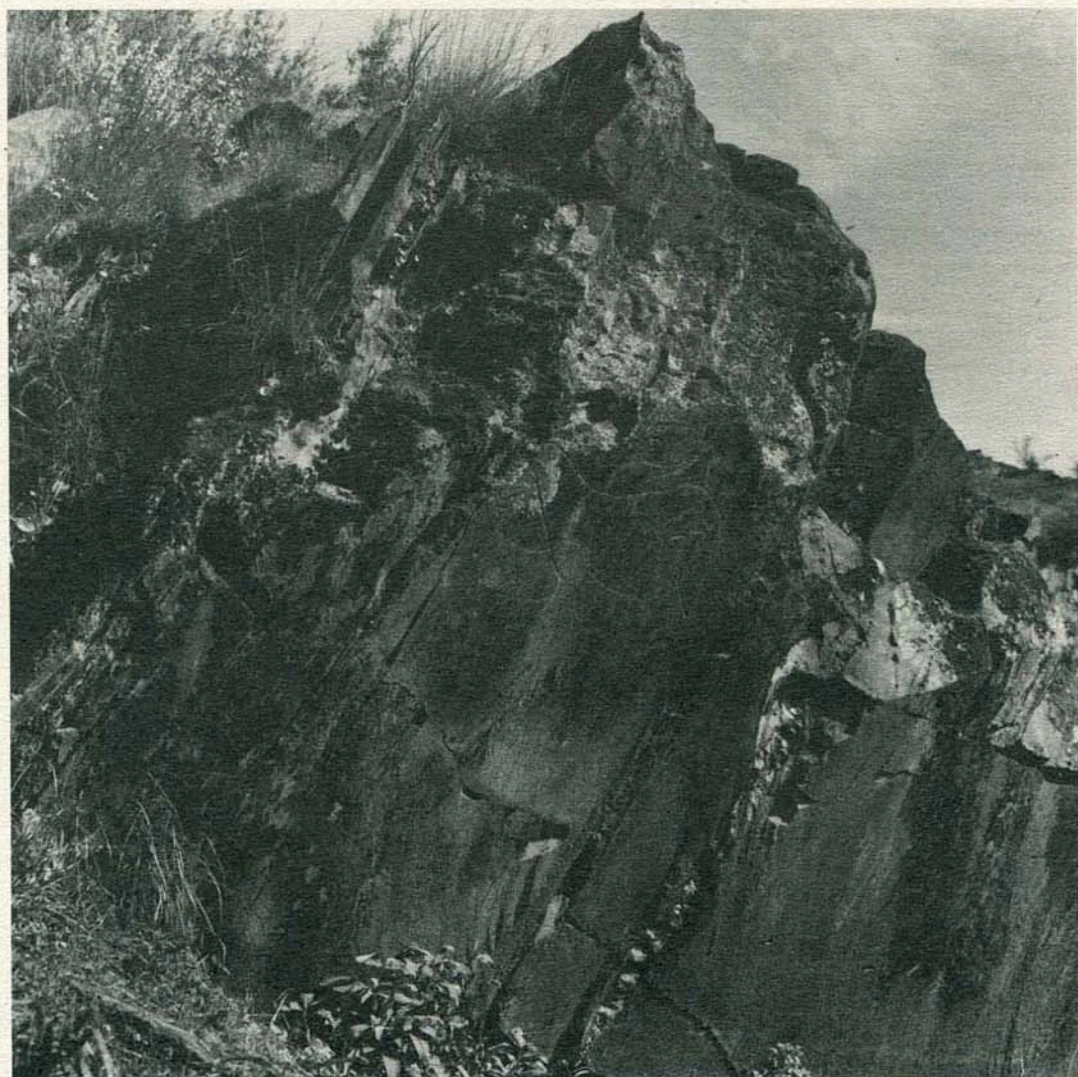


Figura de cabrito montês gravada no xisto, no sítio da Penascosa. O xisto grauváquico oferece faces de clivagem muito planas e lisas. Foi esse o suporte preferido pelos artistas paleolíticos para a execução das suas gravuras. Embora nalguns casos essas superfícies sejam compactas e resistentes, na maioria revelam-se frágeis e instáveis. A sua integridade depende da permanência no lugar de origem e a sua preservação exigirá cuidadosos trabalhos de consolidação.



Painel gravado, no sítio da Penascosa. Cavalo e cabritos monteses gravados no xisto.

FOZ CÔA: PARA QUE SERVEM OS ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL?

Parece-nos salutar a polémica em torno do aproveitamento hidroeléctrico de Foz Côa, por várias razões: a) a opinião pública é alertada para efeitos que os projectos de grande dimensão implicam a nível do nosso património histórico; b) ilustra a fragilidade da generalidade dos estudos de impacte ambiental; c) demonstram o reduzido peso que os aspectos ambientais desempenham a nível decisório em termos de exequibilidade de projectos de índole económica.

Contudo, sobre este assunto, gostaria de abordar outras questões de fundo para além do que tem sido titulado em letras gordas pelos órgãos de comunicação que, aliás, mostraram um interesse louvável por este tema, prenúncio duma opinião pública mais atenta e sensibilizada para tais questões.

O estudo de Impacte Ambiental do empreendimento do rio Côa demonstra lacunas graves e indesculpáveis num projecto desta grandeza. Salientaria, resumidamente: A completa ausência duma caracterização físico-química das águas superficiais e da localização das fontes de poluição concentrada e difusa, derivada do elevado volume de armazenamento de água e de um aumento potencial da carga orgânica afluente, pode-se originar a desoxigenação das massas de água inferiores, com a produção de substâncias tóxicas, cujo efeito negativo é susceptível de se estender para jusante da barragem, tendo em conta que a mesma possui duas descargas de meio-fundo e uma de fundo. Acresce que o inventário florístico e faunístico revelam uma insipiência notável e, apesar de neste último caso terem sido referenciadas numerosas espécies protegidas pelas convenções internacionais, nada é salientado relativamente ao impacto criado pela perturbação do seu habitat. Paralelamente, não existe qualquer definição dos caudais ecológicos nem um estudo da fauna piscícola. Em termos geomorfológicos encontra-se também ausente qualquer informação sobre a erodibilidade da bacia de drenagem e a concomitante sedimentação de materiais na própria albufeira (com reflexos

na duração da explorabilidade da mesma).

A EDP faz publicar comunicados de página inteira referindo a importância à escala nacional do aproveitamento e elevados indicadores económicos (Taxa Interna de Rentabilidade). Será que foram tidas em consideração as numerosas quintas onde se produz algum do vinho do Porto mais conceituado e que ficarão submersas? Note-se que a energia produzida será de 163 GWh, menos de 1/4 da produzida pelo escalão da Régua, e cerca de 2.5 % de todos os escalões do Douro. Curiosamente, alguns técnicos da EDP apresentam actualmente a barragem de Foz Côa como um importante armazenamento de água que pode vir a diminuir o défice ocasionado pelo Plano Hidrológico Espanhol. Contudo, o pleno armazenamento desta albufeira depende da bombagem a partir da albufeira do Pocinho, isto é, das afluências vindas de Espanha!

Mas os impactes ambientais não se restringem de modo algum à zona da barragem. Com efeito, é preciso ter em conta as alterações criadas pela rede viária, pela extracção de materiais e pelas numerosas escombeiras a serem criadas. Ora, estes elementos carecem de uma localização específica, pelo que se torna impossível quantificar os impactes do empreendimento de Foz Côa.

Foi contra a superficialidade deste estudo que apresentámos as nossas preocupações à EDP, há cerca de dois anos. Todavia, não foram consideradas por ter sido ultrapassado em alguns dias o prazo de consulta pública, apesar de o estudo ter sido insuficientemente divulgado. Note-se que, no essencial, tal trabalho foi realizado em 1981, numa altura em que a prática destes estudos e a própria legislação não definiam regras tão precisas como as que se encontram actualmente em vigor. Portanto, os seus autores terão uma responsabilidade muito limitada, mas não é compreensível a ausência da reformulação actual do estudo de impacte no sentido de suprir as lacunas referidas. Isto é, não é lícito admitir que se possa hoje em dia realizar estudos de impacte ambien-

tal de projectos de dimensão sem praticamente se sair do gabinete! Curiosamente, o património arqueológico foi a componente que mereceu um estudo pormenorizado (tendo sido referenciados onze locais de interesse, designadamente três povoados romanos e quatro abrigos de arte pre-histórica), mas acabou por ser a que levantou mais polémica... Neste sentido, também os universitários não estão isentos de responsabilidade quando aparentemente escamoteiam dados com o fito individualista da sua mera ascensão na carreira científica.

A finalizar e, talvez contraditoriamente, diria que é impossível afirmar que os efeitos do aproveitamento hidroeléctrico de Foz Côa serão extremamente nefastos sob o ponto de vista ambiental (apesar de ser uma área de grande interesse biológico). Talvez a EDP tenha razão. Mas também é possível que aconteça exactamente o contrário (e não são apenas as pinturas rupestres a serem

afectadas). Porque simplesmente não há um verdadeiro estudo de Impacte Ambiental, cuja elaboração é agora premente.

Seria sempre desejável que os engenheiros civis e os engenheiros hidráulicos desde início formulassem os projectos em consonância com os especialistas do ambiente e que tivessem uma maior sensibilidade para esta temática. Neste sentido o Instituto Superior Técnico tem demonstrado actualmente o maior cuidado na formação dos seus licenciados de modo a que os múltiplos aspectos ligados aos recursos naturais (com as várias formas de riqueza que geram) sejam tidos em conta, em vez de serem assumidos como um bloqueamento. Infelizmente, parece que, neste caso, prevalece o espírito dos anos sessenta, do tempo da instalação de grandes barragens...

Rui Cortes
Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro



Rio Côa no sítio de Vale Figueira. As formas que, no vale do Côa, assumiu a humanização da paisagem, são particularmente respeitadoras da paisagem. Os pombais, edifícios cilíndricos cobertos por telhado cónico ou em plano inclinado, são dos elementos de arquitectura tradicional mais interessantes nessa intervenção do homem. Podemos encontrá-los perto das habitações ou, como os que a fotografia mostra, isolados na paisagem

UMA ESTRELA SECUNDÁRIA

Quando em Novembro do ano passado a EDP anunciou em tons dramáticos que o abastecimento energético do país ficaria ameaçado se a barragem de Foz Côa não fosse construída, houve quem receasse o pior. Mas, bem vistas as coisas, do receio surgiu a suspeita e ainda hoje está por provar a alegada indispensabilidade do gigantesco projecto. De certo resta apenas uma tese: os responsáveis pela elaboração dos grandes projectos gostam de dramatizar, não apenas em Portugal mas em todo o mundo. Vale a pena lembrar que, nos anos 70, diziam que se não fossem construídas centrais nucleares em Portugal estaríamos condenados à dependência externa do fornecimento de energia... Felizmente não estamos.

Um artigo publicado em Dezembro último no "Público" pelo especialista em questões energéticas Henri Baguenier abre espaço para uma questão até à data inédita no seio da Opinião Pública nacional. "As grandes escolhas tecnológicas são feitas na realidade por altos funcionários" e "são raramente submetidas a uma análise democrática em nome da complexidade técnica e da eficiência", escrevia Baguenier. Uma análise aturada do que está em causa no projecto de Foz Côa parece confirmar as suas teses: a barragem tem obviamente os seus méritos, mas será assim uma obra tão importante que não possa ser dispensada?

A resposta a esta interrogação tem de se sustentar exclusivamente na valia energética do empreendimento, já que o Governo continua a insistir que não está em causa um eventual desvio de águas do Douro para o Alqueva. Assim sendo, há que atender à potência instalada para produção de energia, ao seu esquema hidráulico e à sua vocação enquanto "barragem de potência", tese que nos últimos meses parece ter servido de bandeira aos responsáveis da EDP e do Ministério da Indústria. Depois, há que relacionar tudo isto com a disponibilidade de água no local e, num âmbito ainda maior, com os seus previsíveis impactes no sistema

electroprodutor do país.

Em primeiro lugar há que entender as características "sui generis" da barragem. Dada a grandeza da sua projecção, com a maior parede da Europa (136 metros de altura) para criar a segunda maior albufeira do país (capaz de armazenar quase 700 hectómetros cúbicos de água, sendo apenas excedida neste aspecto pela barragem de Castelo de Bode), o rio Côa teria de correr um ano inteiro, praticamente sem caudais ecológicos, para assegurar o seu enchimento. A EDP acabaria por encontrar resposta a este problema fazendo com que boa parte — nunca especificada — da água de Foz Côa seja retirada do Douro por bombagem.

De acordo com as estratégias da companhia de electricidade, — abandonados que estão os fantasmas da ruptura do abastecimento —, a valia do empreendimento passa basicamente pela sua localização estratégica, junto à barragem do Pocinho, antes por isso da cascata de empreendimentos hidroeléctricos instalados no rio Douro. Assim, a água do Douro seria bombeada para a barragem do Côa nos períodos de menor necessidade e posteriormente, nas horas de ponta de consumo energético, seria novamente lançada na rede de aproveitamentos do Douro, que actualmente garante 20 por cento das necessidades do país (quase 1000 Mw instalados).

Os valores fornecidos neste texto são da responsabilidade da EDP e indicam-nos que, isoladamente, a barragem de Foz Côa limitar-se-á (?) a produzir anualmente uns modestos 330 gigawatt/hora/ano. Se a este valor forem retirados os gastos com a bombagem de água a partir do Douro, estimados no estudo de impacte ambiental em 170 GWh/ano, então a barragem do Côa produz por si só tanto como a barragem de Tabuaço (160GWh/ano). Já alguém ouviu falar da barragem de Tabuaço e da sua indispensabilidade?

Nas horas de ponta de 58 dias úteis

Há no entanto que introduzir neste cálculo a capacidade estratégica do empreendimento enquanto fonte de potência (de água) para produção de energia nas barragens do Pocinho, Valeira, Bagaúste, Carrapatelo e Crestuma. De acordo com as indicações do projecto, o volume útil utilizado neste processo de descarga pode atingir os 450 hm³, ou seja metade do caudal anual do Côa ou o equivalente a 21 dias de aflúncias médias do Douro junto ao Pocinho. É muito, portanto.

Resta no entanto saber como, quando e com que custos é que essa água será armazenada e, mais importante, que margem de manobra real permitirá ao funcionamento das outras barragens. Durante os três meses de Verão, o Côa está praticamente seco e o caudal do Douro pouco mais serve senão para garantir o funcionamento dos aproveitamentos já existentes. Por isso, resta apenas armazenar água de Inverno e, juntamente com a água bombeada nos "períodos mortos", esperar pacientemente pelo seu retorno gradual ao Douro durante os meses de Verão.

Para a EDP há no entanto outras valias a considerar. Na contabilidade da capacidade útil de 450 hm³ de que dispõe, Foz Côa garante 200 hm³ de reserva de emergência que apenas serão utilizados "nos períodos críticos". Qual é a sua utilidade? Sevem para alimentar a potência instalada nos aproveitamentos do Douro "durante as horas de ponta de, pelo menos, 18 dias". Contas feitas pela fórmula mais generosa, Foz Côa servirá para fornecer água nas horas de aperto durante 40 dias (se 200 hm³ de emergência satisfazem as horas de ponta de 18 dias úteis, depreende-se que os 450 hm³ de capacidade útil hão-de dar "pelo menos" para mais três semanas).

Mas se justificar um projecto apenas porque garante água para barragens do Douro nas horas de ponta durante 40 dias parece uma "performance" pouco animadora, este esquema de funcionamento suscita dúvidas que continuam por esclarecer. São empíricas, é certo, mas não se lhe en-

contram respostas. Por exemplo: se as horas de ponta de consumo eléctrico oscilam entre as três e quatro horas de duração, como é que a água de Foz Côa vai ser capaz de chegar a todos os aproveitamentos em tempo útil?

Dando de barato que a barragem do Pocinho e da Valeira encaixam na planificação porque ficam relativamente perto de Foz Côa, já Bagaúste se situa a mais de 30 km e Crestuma a mais de 100 km. Como é que a água largada, por hipótese, de Foz Côa às 18 horas chega a Crestuma três horas depois? Não chega, obviamente. A EDP responde com "efeitos dinâmicos" programados previamente, mas dada a escassa capacidade de aprovisionamento de água das barragens durienses, tudo leva a crer que o efeito pretendido poderá não atingir toda a potência instalada nos aproveitamentos em cascata do Douro.

Porque se a gestão da água na cascata já é feita actualmente com os recursos do caudal que chega de Espanha e dos próprios afluentes do Douro, como é que se pode então sobrecarregar a escassa capacidade de reserva com mais água descarregada de Foz Côa? Parece complicado, e é complicado de facto.

A era das centrais térmicas

Mas vamos admitir que as planificações e estratégias da EDP são inequívocas e inquestionáveis — algo que parece impossível de provar porque não se realizaram estudos independentes sobre a barragem, a comunidade científica nacional desconhece os parâmetros das avaliações feitas e nem a EDP nem o Ministério da Indústria se disponibilizam a divulgar estudos profundos sobre a valia económica do projecto (ver entrevista de Mira Amaral, Público de 29 de Maio). Será que, mesmo assim, do ponto de vista de interesse nacional e mesmo do processo de planificação do sistema de produção eléctrica, Foz Côa é indispensável?

À partida, não. Mesmo nas horas de ponta, quando o consumo nacional sobe até aos 5 milhões de Mw, Portugal dispõe de uma capacidade de produção superior, situada na ordem dos 6 milhões de Mw. Mesmo havendo uma diferença sensível entre a po-

tência instalada e a capacidade de produção real (uma barragem com uma determinada potência nada produz se não tiver água), a margem de manobra interna é satisfatória. Como o atestam os balanços energéticos com o exterior, em que Portugal apresenta resultados equilibrados.

Se a situação presente é confortável, nada indica que a luz de Foz Côa esteja projectada para brilhar no futuro. De acordo com as projecções feitas em Abril de 1994 pelo director geral da Energia, Vasco Couceiro, "a evolução prevista nos próximos 15 anos irá obrigar a disponibilizar mais energia para satisfazer o acréscimo de consumo, e esse acréscimo vai incorporar 40 por cento de gás natural, 40 por cento de petróleo, 15 por cento em carvão e os restantes cinco por cento em energias renováveis".

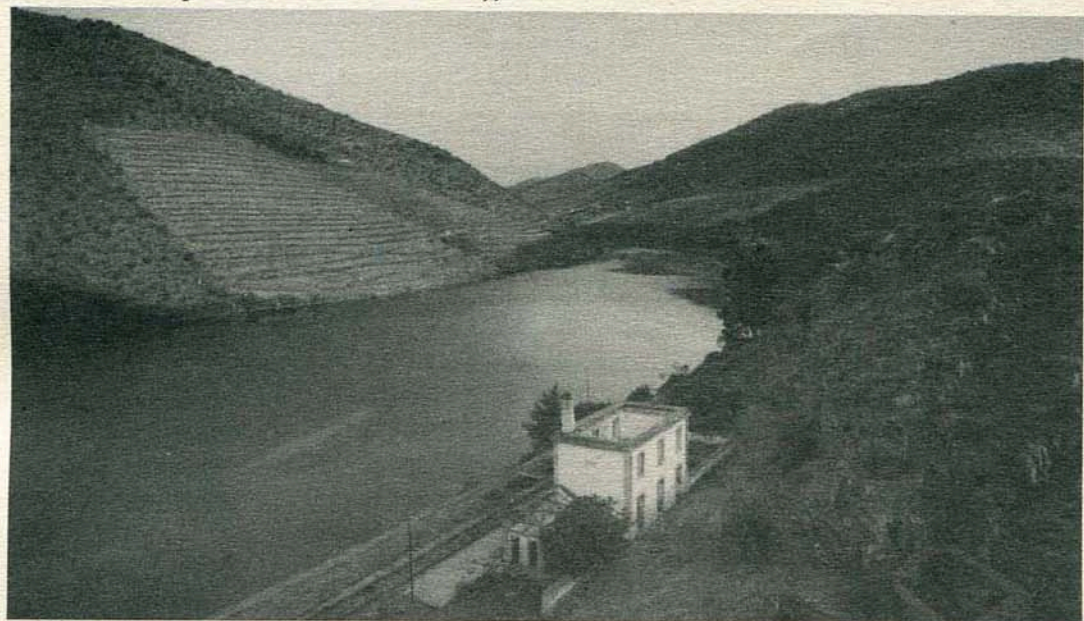
A EDP considera esta tese como sendo "estapafúrdia" mas parece evidente que a componente hidroeléctrica do perfil energético nacional tenderá a perder posição, servindo principalmente para acudir às necessidades das horas de ponta.

É seguindo esta estratégia que se introduz o gás natural e se preparam fortes investimentos nas centrais térmicas. Lá para o fim do século a central da Tapada do Outeiro, que funciona a partir de gás natural, vai ter uma potência instalada situada na ordem dos 918 megawatts (tanto como a cascata de empreendimentos do Douro); a

central do Pego prepara-se para inaugurar mais um grupo produtor com 307 megawatts e, no futuro próximo, a sua potência poderá subir para os 1200 megawatts. Quando funcionarem em pleno, no espaço de uma década, de acordo com as previsões, as duas centrais poderão fornecer quase metade das necessidades de consumo energético do país. Depois esperam-se avanços importantes na adopção de sistemas de "Co-geração" (produção de energia a partir do gás natural) por parte das indústrias e incrementos na utilização de outras energias renováveis que não a água.

Postas as questões nestes termos parece evidente que Foz Côa não é, nem de longe nem de perto, uma opção inadiável nem insubstituível do ponto de vista energético. Vale o que valem as barragens de potência — como Alto Lindoso, que custou 120 milhões de contos e só funciona escassas horas por dia —, mas o seu papel no contexto energético português é indiscutivelmente secundário. É à luz desta valia que se deveria confrontar a sua construção com a destruição de um valioso património arqueológico e a inundação de centenas de hectares de solos de qualidade excelente para a produção de um dos mais preciosos bens do país, o vinho do Porto.

Manuel Carvalho
jornalista do PÚBLICO



Estação de Foz Côa, desactivada. O encerramento da linha ferroviária do Douro criou cenários de abandono como o que a fotografia mostra. O edifício, de que hoje só restam as paredes exteriores, evoca memórias de partidas e chegadas, de um tempo em que havia, para estes carris, lugares de destino e de origem.



Obras da barragem de Foz Côa. Um labirinto de estradões sobe e desce as encostas, permitindo a deslocação ininterrupta das máquinas e dos homens; de um e outro lado do rio, dois sulcos abertos na rocha, estão preparados para receber os alicerces da represa; lá em baixo no leito desfigurado, as duas ensecadeiras interrompem o lençol de água, aqui já afectado pela barragem do Pocinho, situada a jusante, no Douro. É a imagem apocalíptica de um vale em transformação. Quem e por que critérios deve escolher o destino deste vale?

O PODER APRENDEU A LIÇÃO

Perceber o papel que teve a comunicação social na polémica das gravuras rupestres de Foz Côa resume-se à resposta à seguinte pergunta: teria sido possível há vinte anos sem uma imprensa livre? Está claro que não. E a melhor prova são as mais de vinte mil gravuras rupestres pós-paleolíticas afogadas no Tejo no início dos anos setenta, na barragem do Fratel. Nem os arqueólogos, que então as estudaram, nem os jornais, ou-saram pôr em causa o empreendimento hidroeléctrico.

Foz Côa não é um caso criado pela imprensa, como alguns querem fazer acreditar, mas sim um caso, tal como muitos outros que tem enchido as primeiras páginas dos últimos anos, que existe porque existe uma imprensa livre. Além disso, todo o enredo dos acontecimentos, é simplesmente aquilo a que se chama no jornalismo, uma «grande história». Seria notícia em qualquer país do mundo com uma imprensa livre. Sem qualquer tipo de sensacionalismo. Não faltaram todos os condimentos necessários para despertar a atenção dos jornalistas. Logo de início foi palpitante: um arqueólogo era acusado por colegas por ter ocultado uma descoberta espectacular, durante dois anos, alegadamente porque a sua divulgação poderia impedir uma grande empresa, a qual lhe pagava os trabalhos, de fazer uma obra. Pior, os seus superiores hierárquicos saberiam do segredo e também nada disseram. Não conheço jornalista sério que não se delicie com uma história destas. Podia ter ficado por aí. Pela denúncia do “segredo de Rebanda”.

Mas começou a investigação, havia respostas que tinham que ser dadas e era preciso ir ao fundo da questão. Sem quererem, os personagens principais da peça ainda vieram empurrar mais o assunto para as páginas dos jornais. Não pelo que disseram, mas pelo que não explicaram. Lembro-me que, assim que comecei a querer ouvir todos os intervenientes, desde o IPPAR à EDP, e o próprio descobridor, encontrei o silêncio, o que me irritou profundamente e fez com que ficasse desconfiada.

Ainda está por responder o primeiro fax que enviei para o IPPAR depois de Mila Simões de Abreu me ter contado a sua versão, no qual, ingenuamente, solicitava a «biografia do arqueólogo Nelson Rebanda, a data da primeira comunicação oficial de N. R. ao IPPAR, sobre a descoberta; cópia dessa mesma comunicação e o texto do protocolo IPPAR/EDP». De tudo só fiquei a saber que «o técnico, há cerca de um ano e meio (...) dava notícias da descoberta parcial das gravuras ».

O facto é que as entidades oficiais começaram logo a portar-se mal. Sonegavam informação, contradiziam-se e, para cúmulo geral, chegavam a dizer uma coisa a um jornal e depois, outra, completamente oposta, a outro. Não eram os órgãos de comunicação a «inventar» uma polémica. Ela era-lhes oferecida em salva de prata. Claro que o facto de verem cada comentário menos feliz que faziam, nos jornais, os «enervou» ainda mais, provocando uma produção maior de contradições. Aproveitada até ao tutano pelos arqueólogos nacionais, cuja causa já tinha conquistado a simpatia da imprensa.

Depois de todas as denúncias feitas e de terem sido identificados os responsáveis, acredito que a história não iria muito mais longe, se não fosse um outro personagem entrar em cena: a imprensa estrangeira. Ver os mais importantes jornais internacionais anunciarem que, em Foz Côa, uma descoberta arqueológica importantíssima estava em riscos de ser submergida por uma barragem, mexeu com muitas consciências. Principalmente com as dos políticos. E os chefes de redacção dos jornais portugueses também concordaram que, afinal, a história ainda não tinha acabado. Como é que noutros países era notícia e cá não?

Os repórteres estrangeiros que escreveram sobre o escândalo colocaram o dedo na ferida certa, sem perderem tempo, como os nacionais, em dar voz a «guerrinhas» entre arqueólogos, entre engenheiros ou entre engenheiros e arqueólogos. Para a comunicação social americana, inglesa, francesa ou

espanhola, a questão era muito clara: a maior jazida do planeta de arte rupestre do Paleolítico ao ar livre estava ameaçada por uma barragem. Esta é a reportagem. Esta é, de facto, a «grande história». De resto, se o IPPAR estava a fazer estudos, se a EDP prometia fazer um museu ou se o primeiro ministro garante que as gravuras serão preservadas, foi-lhes indiferente. Não houve uma linha sobre isso.

A verdade é que nos dias de hoje, nos países ditos «civilizados», as heranças do passado, do património histórico, são cada vez mais importantes para a afirmação e reforço de uma identidade nacional e para uma consciência de nação. É por isso difícil que se entenda uma destruição, mesmo que parcial, de um testemunho do passado com a importância da arte rupestre de Foz Côa. E tanto os jornalistas estrangeiros, como os portugueses, sabem-no. Podem não tomar partido, pois a objectividade a isso aconselha, mas não deixam de ser sensíveis a essas questões. Muito mais, se se tratar de uma coisa única no mundo, capaz mesmo de obrigar os historiadores a reescrever a história.

Os jornalistas portugueses deram toda a informação necessária e denunciaram o que havia para denunciar. Inclusive, foram subindo, degrau a degrau, na hierarquia dos responsáveis oficiais, na procura de explicações. Primeiro foi Santos Pinheiro, presidente do IPPAR, o mais pretendido, depois passou a ser Manuel Frexes, subsecretário de Estado da Cultura e, por fim, o próprio primeiro-ministro. Unanimemente, todos defenderam a preservação das gravuras, satisfazendo a pretensão da comunidade científica, embora sem grandes resultados práticos, pois a barragem continua a ser constru-

ída. Mas isso é outra conversa.

Agora chegou-se a uma fase em que os jornalistas que denunciaram e mais escreveram sobre o assunto, encaram o maior dos dilemas. Sabem a história desde o início, sabem quem mentiu, quem se contradisse, já ouviram centenas de pessoas... enfim têm informação suficiente para saberem de que lado está a razão. Cada vez há mais dúvidas em relação à real necessidade da barragem naquele local, e, por outro lado, não as há sobre a importância das gravuras e a repercussão que um Parque Arqueológico poderia ter no desenvolvimento da região. E é esse o dilema. Será que os jornalistas devem ir mais longe? O rigor e a imparcialidade obrigam-me a dizer que não. A informação foi toda dada. Nunca a EDP e IPPAR foram tão impopulares, nem nunca se falou tanto em arqueologia no nosso país. Em Portugal não há ninguém que não saiba o que são as gravuras rupestres de Foz Côa. E o Côa também atravessou fronteiras. Cabe à sociedade civil pesar os interesses em jogo e lutar por aquilo em que acredita. Como dizia um amigo meu, ferrenho adepto do Parque Arqueológico, «**agora, só se nos atarmos às rochas para a EDP não as tirar de lá**». Atem-se às rochas para que não as ponham a voar. Ou explodam-nas se quiserem a barragem. Quanto ao poder político, este caso serviu-lhes de lição.

Em Portugal já não é possível esconder informação que se deve dar, nem tomar decisões sem ter em conta a opinião pública. E os jornalistas estão cada vez mais atentos a qualquer passo em falso.

Valentina Marcelino
jornalista do Expresso

MIRA AMARAL MINISTRO DA CULTURA? BRR!!

Os males não vêm por bem, principalmente quando desnecessários ou evitáveis, atendendo às nefastas consequências. No entanto, Foz Côa veio evidenciar uma enérgica opinião pública que julgávamos esvaída em apatia. Em poucos meses, gerou-se uma corrente de opiniões e de actos que atravessou diversos grupos sociais, desde os estudantes aos artistas plásticos. Historiadores, imprensa regional, intelectuais em geral. Lemos editoriais na melhor imprensa portuguesa e estrangeira. Vimos inúmeros colóquios, exposições debates, acções de rua, recolha de assinaturas e mesmo o oportuno aproveitamento comercial das gravuras por algumas empresas da região, premiou os investidores e ajudou a *diminuir* as razões económicas da barragem.

Lentamente, ganhou peso a ideia de que as gravuras e o património cultural em geral, valem bastante mais para o cidadão normal do que os milhões desbaratados pela EDP na sua política do facto consumado. Lentamente, também, foi caindo a máscara à direcção do IPPAR revelando a sua impagável mediocridade.

À crescente consciencialização popular, a EDP não conseguiu clarificar um só argumento que justifique esta barragem para além de um enevoado apoio numa tal "estratégia das águas". Nesta conjuntura de equívocos, navegam os nossos dois principais partidos. Se por um lado Mira Amaral torna cada vez mais claros os seus obscuros compromissos com a EDP, o PS deixa antever uma política de continuidade e conformismo que dois ou três dos seus deputados rebeldes não ajudam a esvanecer.

Parece bastante esclarecedor que os nossos políticos ainda não se tenham apercebido das novas preocupações da Sociedade Portuguesa. Constata-se, parece com relativa facilidade, (desde que falando com pessoas e lendo a imprensa, incluindo a regional) que os portugueses estão preocupados com a perda de referências. O enevoamento da história, da memória. Desde os cafés aos núcleos históricos das cidades. Das aldeias às florestas, aos rios, correndo o risco de

perder definitivamente o que nos ligou civilizadamente aos nossos predecessores e à natureza, trocando a diversidade cultural pela uniformização imposta pelo peso do dinheiro e jogos económicos que ridicularizaram aquilo que afectivamente nos identificou.

Impera um esquema mental nos privilegiados que linearmente se processa assim: Cada proprietário, empreiteiro, empresário, investidor, gestores e quejandos apoiam-se numa lógica do rendimento máximo dos seus bens. Perseguem abnegadamente a regra viciosa dos milhões. A partir daí, há que agir em conformidade: tanto para licenças, tanto para multas. Tanto para fiscais tanto para subornos. Tanto para políticos, tanto para promover e seduzir para o investimento. O poder foi-se adaptando. Gosta de inaugurações. Elogia a força "empreendedora", acaricia a estatística dos capitais investidos. Vai fechando os olhos, aligeirando de amesquinamento as outras razões que não as económicas. Surgem então as construções duvidosas. Os magnos *Shopping Centers* como o do "Bom Sucesso". A Caixa Geral de Depósitos. O sempre adiado projecto do Alqueva. Quer dizer, o Estado gosta de entrar directamente nestes macroprojectos. Os dos milhões como os que vão para a TAP ou para a RTP. E é por tudo isto que dá vontade de rir quando a favor da barragem de Foz Côa se evocam uns tantos milhões já investidos.

Perante este mar encapelado e avassalador dos milhões, o cidadão é o maior perdedor. A ausência de regras e de planos permite o desfiguramento das suas terras, a destruição dos alicerces históricos, a ruptura dos fios que ligam pela memória ao passado da sua vida e do ambiente colectivo.

O caso de Foz Côa pela dimensão internacional que tomou veio a constituir uma poderosa referência do nosso momento actual. Talvez as relações dos cidadãos com o seu património não voltem a ser como antes. Talvez a destruição de palácios e jardins caucionadas pelo IPPAR para Lisboa venham a ser reanalisadas. Talvez as Câmaras

de Lisboa, Coimbra ou Braga sejam obrigadas a definir com mais cuidado a sua sanha destruidora e a sua cumplicidade com os lobbies dos construtores com as suas lógicas dos milhões. E talvez as levianas autarquias como as de Amarante ou Lagos, já para não falar de indescritíveis da Maia, Mirandela ou Vila Real sintam finalmente a necessidade de definir vectores culturais para o desenvolvimento por imposição dos eleitores. Foz Côa é um sinal demasiado forte e muito nítido para poder ser escamoteado ou "driblado" nomeadamente pelo Partido Socialista.

Mas se eventualmente o achado arqueológico do vale do Côa sucumbir à barragem e à sua estratégia dos milhões, os cidadãos teriam redobradas justificações para chorar a sua impotência, a sua insignificância, a inutilidade das suas convicções num progresso equilibrado e respeitador da sociedade, da sua história, dos seus valores. Nesse caso e para bem esclarecer as coisas, Mira Amaral deve ser nomeado ministro da cultura e o presidente da EDP passar para o IPPAR.

Hermínio Monteiro



Figura de canídeo gravada no xisto, no sítio de Vale do José Esteves. A silhueta deste cão deitado e com a cabeça voltada para trás está contornada por uma linha ininterrupta, executada com grande segurança talvez por uma única passagem com a ponta riscadora. O esquematismo da representação revela uma grande despreocupação para com a fidelidade relativamente à aparência visível do modelo. Sobrepuseram-se decerto ao realismo preocupações simbólicas. Esta gravura data possivelmente da Idade do Ferro.

AS GRAVURAS NÃO SABEM NADAR

Numa localidade do interior, quase desconhecida, caracteristicamente rural, e que no campo do desenvolvimento económico se encontra classificada em 78º lugar entre 84 municípios da Região Norte, (conforme informação do Instituto Nacional de Estatística), qualquer escola, mesmo do nível secundário, ou tem um papel apagado pela inércia da própria comunidade e pelos “vícios” de uma submissa estagnação politizada, (em boa parte, fruto do esquecimento do poder central), ou desperta para os verdadeiros princípios orientadores da Lei de Bases do Sistema Educativo Português e, repentinamente, vê-se catapultada para o verdadeiro papel que a escola tem, de facto, no meio em que se insere. Mas, como tudo na vida dos homens e das comunidades, nada acontece por acaso...

De facto, a Escola Secundária Tenente-Coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa, a cujo quadro me orgulho de pertencer e da qual venho sendo seu Presidente, desde há largos anos, é um caso característico de um estabelecimento de ensino público, inserido no meio rural, com características acentuadamente dominadas por forças políticas que desde o 25 de Abril nunca largaram mão das suas prerrogativas de poder. E embora, de alguns anos a esta parte, a escola tenha elaborado os seus projectos educativos, sempre condicionados a uma gestão tradicional e às inúmeras dificuldades, quer a nível humano, quer a nível material, algo se terá conseguido concretizar, dentro do espírito da Reforma Educativa, designadamente no que respeita à ligação Escola-Meio, através da participação directa em inúmeras actividades culturais proporcionadas à comunidade, bem como através dos trabalhos dos alunos e professores no desenvolvimento de actividades de conhecimento do património concelhio e na exposição dos seus resultados, tendo como veículo o desenvolvimento da Área-Escola, numa perspectiva de prosseguir uma abordagem socio-crítica e humanista da educação.

Mas o mais importante estava para vir!!! Nunca, em 20 anos de experiência lectiva,

pensara poder vir a participar e a desenvolver com os alunos e professores um Projecto aglutinador, abrangente, participante e apaixonado, que fizesse aglutinar a Escola num espírito de união, com o exemplo vivido, após a assombrosa descoberta do riquíssimo património de arte rupestre do Vale do rio Côa. De repente, quase por milagre, toda a Escola, a começar pelo seu corpo mais importante, os alunos, ali estava unida num combate sem paralelo, digno e apixonado na defesa do “seu” vale, do “seu” património, num orgulho e união sadios e conscientes...

Afinal, só agora, como que por milagre, chegava à conclusão que “*o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integra e desempenharem na sua transformação*”, (princípio geral da LBSE, tantas vezes lido e outras tantas esquecido), não era letra morta e, espantosamente, eram os próprios alunos a demonstrá-lo com as suas propostas de actividades e com a sua generosidade de jovens, num impulso consciente para a defesa de novos valores que pareciam assustadoramente postos de lado.

É certo que a sensibilidade não se constrói de um momento para outro; é verdade que um trabalho anterior havia sido feito; mas faltava o elemento fundamental, a pedra de toque, o motivo, para que a Escola se unisse no mesmo Projecto e pudesse colocar em prática alguns dos princípios filosóficos e organizativos do Sistema Educativo, que até então pareciam ser impossíveis de atingir.

Não fora em vão que os teorizadores da Educação em Portugal haviam defendido que a Educação tinha três vertentes fundamentais — *Instrução, Socialização e Personalização ou Estimulação*; havia agora um Projecto comum — a defesa e preservação total “in situ” do património arqueológico do vale do Côa, ameaçado pela cons-

trução da barragem. E esta vontade comum, transformada em projecto, é o orgulho dos nossos jovens alunos, orgulho de toda a Escola, mesmo contra as prepotências dos esquemas políticos do poder local que envieram por uma falsa preservação do vale do Côa; afinal, a teoria fazia-se prática, pois, para além da Instrução propriamente dita, os nossos jovens assumiam o papel de intervenientes na sociedade a que pertencem e incentivavam a sua própria auto-estima, reconhecendo o seu importante papel de verdadeiros cidadãos de corpo inteiro.

E é nesta tomada de consciência, livre e responsável que os nossos alunos e professores arvoram o seu espírito, empenhado na transformação do meio social, procurando de todas as formas culturais levar a sua razão à defesa do maior património histórico jamais surgido na sua terra e talvez no seu país, transformando-se no baluarte da defesa desta riqueza patrimonial. E as acções surgiram como cerejas: é a visita do sr. Presidente da República à Escola, é a visita de líderes políticos, é a recolha de cerca de 200.000 assinaturas de jovens de todo o país que querem defender este património, são as conferências dos arqueólogos que despertam e saciam a vontade de saber mais sobre o assunto, são as manifestações espontâneas que os alunos fazem pelas ruas da vila, são as visitas guiadas aos principais sítios arqueológicos, reorganizadas dentro dos planos da Área-Escola, numa perspectiva multidisciplinar, é o apaixonante e destemido acampamento nacional, com jovens de todos os pontos do país, são os espectáculos oferecidos à população, são os artigos escritos no Jornal da Escola e em Jornais de âmbito nacional, são as intervenções nos canais de televisão portugueses e estrangeiros, são os filmes tornados defensores do património e difundidos por Portugal e pelo mundo, são exposições, é a colaboração sempre que possível com outras escolas que nos seguem as pisadas, são, enfim, as próprias prospecções pessoais dos alunos, querendo eles mesmos encontrar e descobrir novas gravuras, é, finalmente, a espantosa e voluntária defesa e vigilância feita pelos próprios alunos às próprias gravuras, na tentativa de as proteger de qualquer violação quer venha de

anónimos inconscientes, quer venha de atitudes e orientações da empresa que, à força, pretende a construção insensata da barragem; Tudo isto sob o lema, feito bandeira e materializado em cartaz que percorreu o mundo: "*as gravuras não sabem nadar*".

Afinal, os jovens estavam a assumir consciente e livremente o seu papel de cidadãos, interiorizando valores, demonstrando atitudes, dedicando horas sem fim do seu tempo livre à preparação e desenvolvimento de actividades nas quais acreditam, porque reflectem nelas a sua consciência de futuro cidadão, sem medo de assumirem, perante tudo e todos, as suas opiniões e a defesa dos valores da sua identidade cultural e do seu património inestimável.

E esta força, simultaneamente individual e colectiva, tornou os nossos jovens mais conscientes, mais interessados, mais amigos entre si, mais respeitadores de si próprios e da comunidade em que vivem, mais atentos ao mundo que os rodeia; de repente, as querelas pessoais desaparecem, como por encanto, os casos disciplinares tornam-se raríssimos e os comportamentos interiores reguladores do interesse e da motivação são accionados como que automaticamente para as disciplinas curriculares.

De repente, é bom estar na Escola! De repente é bom ser-se professor! De repente, fez-se "reforma" na escola.

No fim do mega-acampamento, cujo objectivo pedagógico era a sensibilização dos jovens de Portugal para a preservação do Vale do Côa, após cinco dias de trabalho intenso e voluntário, sacrificando as suas férias da Páscoa, numa impressionante entrega total e desinteressada pela causa que defendiam, vi, pela primeira vez na vida, jovens alunos chorarem, ao tomarem conhecimento, exactamente nessa data que a barragem iria por diante e que as gravuras seriam submersas ou cortadas e transportadas do seu local multimilenário! Não há palavras que possam descrever esta emoção! Mas entre as lágrimas vividas, os jovens da minha Escola deixavam escapar entre a emoção do momento a renovação multiplicada de continuar a "luta", como se cada lágrima fosse um novo alento para a defesa

consciente do seu Projecto!

Pelo nosso património, pelo nosso desenvolvimento regional e nacional, pela nossa dignidade de portugueses, pelo respeito que os nossos jovens merecem, pelo menos uma vez na vida, demos razão aos nossos jovens! São eles o futuro! São eles que tudo merecem! As riquezas, a cultura, a educação e

até a vida não têm sentido se não forem conduzidos com os jovens, pelos jovens, para os jovens!

José Manuel da Costa Ribeiro
Presidente do Conselho Directivo da
Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa



Vinhas na quinta de Santa Maria. Rebaptizada, por motivos comerciais, de Ervamoira, esta quinta centenária é considerada mundialmente como modelar na produção do reputado vinho generoso do Douro (vinho que os ingleses celebrizaram com o nome de vinho do Porto). A qualidade do solo xistoso e as características do clima, quente e seco, associadas a uma criteriosa escolha de castas de uva, permitem um dos melhores vinhos do mundo. Os 1600 hectares que lhe dão vida estão ameaçados de submersão; as centenas de trabalhadores, entre permanentes e sazonais, que dependem da quinta, estão ameaçados de desemprego.



Rio Côa perto da confluência da ribeira de Massueime. Neste lugar o rio encaixa-se entre paredes graníticas, e o leito apertado obriga a torrente, ainda que de caudal moderado, a formar cachoeiras.

Eu bebo porto do paleolítico

que homens, que mulheres, que duendes, que fantasmas, que almas nos escreveram do vale do Côa? os arqueólogos incrédulos descobriram estas «iluminuras em xisto» nos finais de 1994, ano da graça de deus. e em todo o caso estes gestos de escrita e devoção foram feitos há cerca de 20 mil anos. vinte mil anos para que a mensagem chegasse ao seu destinatário: o homem do sec. XXI que se aproxima.

dizem-me que estes paleolíticos - antónio? marta? pedro? mariana? - nos legaram milhares de gravuras inscritas nos xistos do vale do Côa.

guardo ansioso que os arqueólogos me informem se existe algum cálice do porto esculpido nas rochas.

porque razão estes amigos paleolíticos dedicaram mais tempo à escrita na pedra, ao prazer lúdico da arte, que ao trabalho forçado da subsistência? tanta sabedoria no prazer infinito da arte. eles viveram.

admitamos que não tenham bebido porto. este generoso é uma descoberta «inglesa» mais recente. mas nem por isso esses escribas da pedra deixaram de fazer vinho do porto. no silêncio profundo da sua arte não destruíram o território xistoso do vinho. são percursos na salvaguarda do ecossistema que dá vida aos vinhedos.

o Douro é a paisagem vinhateira mais bela do mundo acima de Bordeus ou de Champagne. a sua grandiosidade é obra do homem de rosto descoberto que removeu xistos e ergueu socalcos a braço. o Douro é essa escadaria monumental de vinhedos plantados em xisto.

e foi o xisto que ligou o homem paleolítico ao viticultor do Douro. do xisto nasce o príncipe dos vinhos: - o porto vintage.

a barragem de Foz Côa vem destruir este património milenário. ao submergir 1600 hectares de terra onde se encontram implantadas vinhas da mais alta qualidade, o «homem-não-sapiens-edp» consegue destruir 20 mil anos depois o legado do homem rupestre. é certo que outros homens destruíram durante este século XX os vinhedos do Douro porque desconhecem a arte de viver. é certo que a casa do Douro é mestra nesta arte de degradar os vinhedos.

mas as águas de Foz Côa vão cobrir uma das mais belas quintas do Douro: - Ervamoira, onde as uvas das castas Touriga Nacional, Touriga Francesa, Tinta Roriz, Tinta Barroca e Tinto Cão condimentam o mais saboroso dos vinhos do mundo: o porto vintage.

poderíamos dizer que Ervamoira é o exemplo de modernidade que nos legou o homem rupestre. que andaimes utilizou ele para desenhar as suas gravuras? de que instrumentos modernos se socorreu para esculpir o xisto? Ervamoira é também a vanguarda da vitivinicultura duriense agora ameaçada pelas águas que lhe deram vida. uma albufeira no Côa é a destruição do ecossistema indispensável aos vinhedos. enquanto os arqueólogos não me trazem a notícia do cálice rupestre, ergo um copo de porto vintage 1945 pelas gravuras do Côa. provavelmente depois da barragem não haverá mais colheitas como esta.

porque o vinho como as gravuras faz-se e saboreia-se com paixão. a paixão pela vida. a paixão pela arte. a paixão pelo homem acima de todas as barragens.

José A. Salvador
(Jornalista / SIC)



Figuras de animais, entre os quais um cabrito montês, gravados em xisto, no sítio da Penascosa.



PROJECTO PATRIMÓNIO

é propriedade da associação "Projecto Património",
com sede na Rua Ruy Gameiro, 232 - 4º E - 2745 QUELUZ.

Depósito Legal nº 90830/ 95

Registo nº 119101

Distribuição gratuita aos associados.